

REFLECTINDO SOBRE ACUMULAÇÃO, POROSIDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CONTEXTO DE ECONOMIA EXTRACTIVA¹

Carlos Nuno Castel-Branco

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma contribuição para a construção de uma abordagem do quadro macro-económico para exploração de recursos naturais nas condições históricas específicas de Moçambique. Esta reflexão é feita com referência ao padrão de acumulação de capital em Moçambique, descrito como extractivo na sua essência.

O debate sobre recursos naturais na economia de Moçambique é amplo, abrangente e intenso. Há mais grupos, organizações e indivíduos envolvidos no debate. O número e qualidade de seminários, conferências, blogs, artigos e intervenções em fóruns académicos, sociais, empresariais e políticos aumenta, e os temas variam entre apropriação de rendas (por via de impostos, quotas de fornecedores ou acesso à estrutura accionista das empresas) e meio ambiente, passando pela geração de emprego, reassentamento dos cidadãos expropriados, responsabilidade social corporativa, volatilidade macroeconómica, transparência, financiamento dos serviços públicos, entre outros. À primeira vista, estas questões podem ser abordadas pontualmente, uma a uma, à medida em que surgem ou que a pressão social sobre uma ou outra aumenta. No entanto, a experiência e a intuição analítica mostram que estas questões são parte de um todo, estão relacionadas entre si e só podem ser resolvidas

¹ Este artigo é inspirado na comunicação apresentada na “Conferência internacional sobre a gestão da economia extractiva: recursos naturais, bênção ou maldição?”, organizada pela IBIS em Maputo, a 22 de Maio de 2013, com o título “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização: para além de rendas dos recursos naturais”, http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/CNCB_presentation_IBIS.pdf.

se forem abordadas e tratadas com uma perspectiva de conjunto e longo prazo, que coloque a exploração dos recursos no quadro mais geral do desenvolvimento nacional. A construção de uma abordagem macroeconómica de enquadramento da exploração dos recursos naturais pode fornecer essa perspectiva. Este artigo é um subsídio para a construção dessa abordagem, identificando questões a tratar e como o fazer, adoptando como ponto de partida a análise crítica da economia política do modo de acumulação em Moçambique.

O artigo tem quatro secções principais. A primeira, que se segue, retoma e sistematiza o conceito de economia extractiva e explica porque é necessário e útil começar por entender os processos de acumulação de que as dinâmicas de apropriação de excedente e industrialização fazem parte. Esta secção reflecte o gradual desenvolvimento teórico e empírico deste conceito, que resulta da sistematização contínua do vasto trabalho de investigação realizado pelo Grupo de Investigação de Economia e Desenvolvimento do IESE desde 2008, e por alguns dos seus investigadores, individualmente, desde meados dos anos 1990. O objectivo principal desta secção é extrair os elementos principais do conceito de economia extractiva para revelar como é que as duas questões seguintes, porosidade e quadro macro-económico de exploração de recursos naturais, se inserem nas tensões, desafios e opções marcantes da economia mais em geral.

A segunda secção é dedicada à discussão da porosidade da economia, que é resultante das características extractivas do padrão de apropriação e distribuição do excedente e acumulação de capital. Esta secção é particularmente inspirada em debates actuais e na percepção da necessidade de esclarecer termos fundamentais desses debates, com recurso à análise já feita sobre porosidade, apropriação de excedente e política pública. A parte central da secção – dedicada à discussão do que significa, como se manifesta e quais são as implicações macroeconómicas da porosidade da economia – é precedida de um resumo sobre o debate político público acerca da apropriação do excedente dos recursos naturais, e seguida por uma nota sobre responsabilidade social corporativa e uma discussão sobre porque a porosidade se mantém.

A terceira secção retoma o debate sobre o quadro macro-económico de exploração de recursos naturais em Moçambique e avança com uma série de questões que a transformação da economia extractiva obriga a explorar e enfrentar. A secção não oferece um quadro macro-económico, mas apresenta pontos de interrogação e desafios para lá chegar. Naturalmente, o quadro macro-económico vai para além da apropriação do excedente e rendas, embora a inclua, e tem uma perspectiva de

longo prazo, estrutural, unitária e dinâmica construída em torno de questões básicas sobre os objectivos sociais e económicos do desenvolvimento em Moçambique e do papel da exploração de recursos naturais.

A quarta secção liga este artigo aos restantes sete da parte económica desta edição 2013 do *Desafios para Moçambique*, apresentando, em linhas gerais, um quadro amplo de linhas e questões de investigação que têm como fio condutor a crítica da economia política da economia extractiva e das opções de industrialização e transformação económica e social.

ECONOMIA EXTRACTIVA COMO MODO DE ACUMULAÇÃO

Esta secção retoma e sistematiza o conceito de economia extractiva e explica porque é necessário e útil começar por entender os processos de acumulação de que as dinâmicas de apropriação de excedente e industrialização fazem parte. A secção começa por explicar a metodologia analítica do conceito, ao que se segue a descrição do conceito em termos da caracterização da economia de Moçambique como um todo. Esta interpretação da economia de Moçambique é a chave para a análise realizada nas secções seguintes.

CONSTRUINDO O CONCEITO ANALÍTICO: PERSPECTIVA METODOLÓGICA DE “ECONOMIA EXTRACTIVA”

Três questões são vitais para abordar problemáticas económicas e sociais de grande alcance, como, por exemplo, a eficácia de uma economia a gerar ou a reduzir a pobreza, ou a relação entre o crescimento económico, mudança estrutural e distribuição, que são problemáticas centrais dos nossos dias em Moçambique.

A primeira questão é sobre *onde focar a abordagem*: a investigação tem de se preocupar com o **funcionamento da economia como um todo**, não só com as suas partes constituintes e muito menos com essas partes isoladamente umas das outras. Isto requer uma adequada contextualização histórica das construções sociais, económicas e políticas, das motivações e opções que se geram e dos canais através dos quais operam. Se uma economia recebe biliões de dólares de investimento privado estrangeiro e gera outros biliões de retornos, tem de ser capaz de organizar o abastecimento de comida a baixo custo para todos. Se isso sistematicamente não acontece, e se mesmo na agricultura o investimento é esmagadoramente aplicado na produção de mercadorias para exportação (incluindo comida) em estado semi-processado, então existe um problema mais complexo do que deficiências

logísticas no processo de produção. As causas podem variar entre as limitações impostas pela estrutura social de rentabilidade do capital nas opções de emprego e organização social da produção e logística e o impacto das motivações económicas dominantes na estruturação da logística macroeconómica, das finanças aos transportes e redes comerciais. Nestas circunstâncias, é contraproducente estudar cada sector como uma esfera económica em si, pois é na interligação entre eles, e não apenas nas particularidades de cada um, onde residem os elementos fundamentais do funcionamento da economia. Logo, é preciso entender como é que a economia funciona, o que é que a faz correr, para perceber qual é o problema a investigar e como abordá-lo.

O estudo da “economia como um todo” tem implícita uma aparente contradição, pois requer a identificação e concentração do estudo no que é o núcleo dessa economia, subordinando o resto a uma hierarquia analítica clara. Há elementos que são centrais (o núcleo), outros que são secundários, terciários e assim por diante, e outros que são desnecessários para a compreensão do funcionamento da economia. Portanto, a “economia como um todo” é uma construção analítica, que selecciona e hierarquiza informação, analisa as ligações, estabelece relações e causalidades, e elimina a informação que é irrelevante e confunde a análise. Logo, a compreensão do funcionamento da economia no seu conjunto requer selecção e eliminação de informação, exige uma teoria social e deve resultar num quadro analítico em que uma mesma história, derivada da identificação e caracterização das relações nucleares da economia, explica todos os fenómenos principais. Por conseguinte, percepções sobre “economia como um todo”, que diferem em função das diferenças entre teorias sociais, podem ser alcançadas quando a informação é seleccionada e hierarquizada e, portanto, quando informação desnecessária é excluída.

A segunda questão é *como iniciar a investigação* que leve ao entendimento do “funcionamento da economia como um todo”, uma vez que, na prática, a “*economia como um todo*” não é pesquisável directamente, por ser uma construção analítico e não um facto observável. **Os paradoxos, ou as contradições fundamentais não explicadas ou não explicáveis com recurso aos modelos mainstream**, são um excelente ponto de partida para começar a entender a economia como um todo. Os paradoxos são, frequentemente, aparentes, pois são gerados pela abordagem e não pela economia em si. Começar pelos paradoxos, ou pontos críticos de ruptura, conduz ao questionamento das abordagens vigentes e do conhecimento estabelecido, e revela ligações entre fenómenos concretos que podem ajudar a construir

o mapa do *“funcionamento da economia como um todo”*. A apreciação da taxa de câmbio, em contexto de profundo e crónico défice da balança comercial e de transacções correntes e de porosidade da economia, é uma contradição criada pela incapacidade de explicar esse fenómeno, e é um fenómeno cuja investigação pode conduzir a ligações com a estrutura e padrões de produção, consumo e distribuição e com o conflito social e político que lhe são associados. O mesmo acontece ao tentar explicar porque é que a pobreza é insensível à elevada taxa de crescimento, apesar de a desigualdade da distribuição do rendimento nominal permanecer estável; ou porque é que uma economia onde se investem biliões de dólares com retornos financeiros atractivos é incapaz de organizar o abastecimento de comida a baixo custo para todos; ou porque é que as prioridades efectivas de intervenção do Estado mudam repentinamente antes de terem completado o seu ciclo, sem que isso pareça afectar negativamente nem o capital multinacional, nem o grande capital doméstico. Se estes fenómenos acontecerem na mesma economia ao mesmo tempo, então, é provável que estejam relacionados, pelo que a explicação para um deles tem de ser capaz de integrar os outros. Portanto, um dos indicadores da validade de uma explicação sobre a economia é a capacidade de a história contada associar e explicar estes fenómenos fundamentais num todo, sem que tenha de ser mudada para explicar cada fenómeno por si com recurso a histórias contraditórias.

A terceira questão diz respeito ao modelo analítico que unifique os pedaços de informação e a discussão dos paradoxos numa imagem cada vez mais clara, unitária e completa do funcionamento da economia como um todo, que também revele as suas tensões e contradições. Este modelo tem de ser derivado do entendimento da fase histórica de desenvolvimento em que uma economia se encontra (de que faz parte, igualmente, o seu contexto regional e internacional). A economia capitalista é movida por um fim, acumulação de capital, e enfrenta duas constantes fontes de conflito: o balanço entre acumulação e consumo, que permite manter e acelerar crescimento com baixa inflação e reduzida tensão social; e a contradição entre o carácter social do trabalho e o carácter privado da propriedade dos meios de produção e do excedente. Logo, o estudo dos *paradoxos*, como forma de chegar ao *funcionamento da economia como um todo*, deve ser capaz de explicar o **modo de acumulação historicamente específico**, as contradições inerentes a esse modo de acumulação, as limitações e pressões que essas contradições colocam ao modo de acumulação, e como são tratadas, e as particularidades que esse modo de acumulação adquire em cada caso.

O conceito “*economia extractiva*”, como caracterização do modo de acumulação capitalista em Moçambique, emerge da aplicação deste modelo analítico à exploração das contradições, paradoxos, dilemas e pressões da economia moçambicana. Este conceito foi sistematizado em Castel-Branco (2010, 2012b), sendo o produto de um longo processo anterior de investigação e acumulação e análise de evidência (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2003 & 2004), e estando a ser desenvolvido e expandido para a análise de diferentes aspectos macro-económicos, com destaque para as dinâmicas de transformação industrial da economia (Ossemame, 2010, 2011; Massarongo, 2010, 2013; Massarongo & Muianga 2011; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Castel-Branco & Ossemame, 2012; Oya, 2012; Massingue & Muianga, 2013; Langa & Mandlate, 2013; Stevano, 2013).

Embora este conceito esteja a ser mais utilizado e popularizado no debate público,² ainda permanece a tendência de o limitar ao debate do que convencionalmente se chama “*indústria extractiva*”, ou à análise de um ou outro elemento característico da economia extractiva. Esta secção pretende retomar este conceito para tentar esclarecê-lo e esclarecer a sua utilidade analítica.

Antes de entrar na caracterização da economia extractiva, vamos explicar os elementos mais gerais envolvidos na construção deste conceito.

Economia extractiva refere-se a um modo de acumulação de capital com características históricas específicas, que, como modo de acumulação, estrutura a economia como um todo. Portanto, este conceito não se refere a um sector da economia, sendo, por isso, independente do peso das *indústrias extractivas convencionais* na economia. Modo de acumulação de capital refere-se à organização social, técnica, económica e política de produção, extracção, apropriação, acumulação, reprodução e utilização do excedente nas condições históricas específicas de desenvolvimento capitalista, conjugando as forças produtivas e a organização social (ou relações sociais de produção) que lhe são associadas.

A caracterização de um modo de acumulação consiste na identificação do fio condutor que une os seus diferentes processos e fenómenos fundamentais relacionados com a acumulação e reprodução de capital. Esta abordagem é baseada na observação e na concepção de que a vida económica, social e política se estrutura em torno das dinâmicas políticas, sociais, económicas e tecnológicas de acumulação, que são historicamente específicas, organicamente relacionadas entre si, e deter-

² Por exemplo, a recente “Conferência internacional sobre a gestão da economia extractiva: recursos naturais, bênção ou maldição?”, organizada pela IBIS em Maputo, a 22 de Maio de 2013.

minam as características fundamentais tanto da relação entre política e economia, como da relação entre os principais fenómenos e variáveis económicos.

A identificação do fio condutor que une economia e política e os principais fenómenos e variáveis económicos é um processo de investigação que pretende explicá-los, e fazer sentido das características específicas do capitalismo em condições históricas específicas, em vez de as comparar com um qualquer modelo abstracto e universal de capitalismo, sem especificidade histórica. Este processo de investigação tem quatro características dominantes. Por um lado, foca o estudo no que existe e porque existe, e nas tensões e paradoxos dominantes, em vez de identificar o que está em falta (que depende inteiramente de um juízo de valor sobre o que deveria existir, que é normativo e opinativo). Por outro lado, procura identificar e explicar padrões e regularidades, que frequentemente parecem paradoxais. Adicionalmente, desenvolve a capacidade de explicar o todo, isto é, a relação entre diferentes fenómenos que podem, à primeira vista, parecer desligados. Finalmente, explicando o todo sacrifica algum do detalhe.

No caso específico de Moçambique, a nossa investigação confrontou-se e confronta-se com uma série de aparentes paradoxos, isto é, fenómenos que parecem em contradição com o senso comum, com a intuição ou com os modelos analíticos dominantes. Por exemplo, como explicar que o rápido crescimento do investimento e do PIB seja consistente com a redução da produção alimentar *per capita*? Como se explica que, apesar do rápido crescimento do PIB *per capita* e da relativa estabilidade das medidas de desigualdade na distribuição do rendimento nominal, nomeadamente o coeficiente de Gini,³ os níveis de pobreza (medidos pela percentagem de

³ A um nível de 0,42, o coeficiente de Gini em Moçambique é alto, indicando que a desigualdade na distribuição do rendimento nominal entre grupos de rendimento é elevada. No entanto, o coeficiente de Gini manteve-se relativamente estável e o PIB *per capita* cresceu rapidamente. Intuitivamente, se o mecanismo de conversão do crescimento económico em redução da pobreza fosse o coeficiente de Gini (isto é, o padrão de distribuição do rendimento nominal por diferentes grupos de rendimento), a pobreza deveria ter reduzido drasticamente. Entre 1996 e 2009, o PIB cresceu, em termos reais, a uma média anual de 7,5%, mas o nível de pobreza (definido pela percentagem da população em baixo da linha de pobreza) reduziu apenas a uma média de 1% ao ano, apesar dos altos níveis iniciais de pobreza (69%). No período 2002-2009, o crescimento real do PIB acelerou para uma média anual de 8%, mas a percentagem de população pobre não diminuiu e o número de pobres aumentou em dois milhões (dados de DNEAP, 2010; Brito, 2012). Logo, existe aqui um aparente paradoxo criado pelo modelo de análise, que define variação nos níveis de pobreza como função das variações no PIB e no coeficiente de Gini. Se este modelo for substituído pela análise de Wuyts (2011a, 2011b), que postula que o nível de vida é determinado pelo poder real de compra, isto é, pela distribuição real do rendimento (em vez de nominal), então o coeficiente de Gini deixa de ser um indicador relevante para esta análise. Em sua substituição entram o padrão de produção e o salário real, medido pelo índice de preços dos bens alimentares básicos em relação com o índice geral de preços ao consumidor. Com esta mudança de modelo explicativo o paradoxo desaparece. Embora a análise de Wuyts explique o aparente paradoxo da relação entre crescimento económico e redução da pobreza, por

população vivendo abaixo da linha de pobreza, pela profundidade da pobreza e pelo número absoluto de pobres) não tenham diminuído significativamente na última década? Porque é que a moeda nacional apreciou e permaneceu estável durante vários meses, relativamente às moedas dos principais parceiros comerciais, apesar do crónico défice comercial e da conta de transacções correntes e altos níveis de porosidade? Ou ainda, porque é que a dependência externa total (incluindo a do investimento privado relativo a fluxos externos de capitais privados) aumenta à medida em que a economia expande? Como se explica que a balança de capitais melhora quando a rentabilidade dos grandes projectos reduz? Porque é que as taxas de juro dos bancos comerciais são pouco elásticas relativamente às taxas de referência do Banco Central quando estas reduzem, ou seja, porque é ineficaz a política monetária actual do ponto de vista de expansão do financiamento bancário a baixo custo? Porque é que o tema da renegociação dos contratos com mega-projectos move tantas paixões, provoca tantas promessas, gera cisões nas autoridades oficiais de política económica, mas, aparentemente, não passa de um debate apaixonado sem uma acção decisiva? Como explicar que a Cidade de Maputo e arredores estejam entupidos pelo trânsito de viaturas privadas – uma das pressões que justificavam o dispendioso projecto da estrada circular – ao mesmo tempo que o sistema de transporte público e semi-colectivo se deteriora? Qual é a lógica do discurso político dualista em Moçambique sobre desenvolvimento e combate à pobreza, caracterizado por uma forte intervenção pública no apoio aos grandes projectos e à aliança entre capital nacional e multinacional, ao mesmo tempo que remete para o âmbito da mentalidade, iniciativa e auto-estima individuais as acções de combate à pobreza?

Estas e muitas outras contradições, ou paradoxos, têm de ser explicados. Mais importante, dado que ocorrem numa única economia no mesmo momento histórico, estes fenómenos têm de poder ser explicados com uma única história – isto é, o que explica um tem de poder explicar o conjunto. Por outras palavras, deve haver um fio condutor que una estes fenómenos. A abordagem menos útil é a que alude a várias economias desarticuladas entre si (por exemplo, informal *versus* formal), cujas fronteiras são definidas arbitrariamente em torno de conceitos pouco precisos. A abordagem mais complexa e mais útil é a que permite explicar a asso-

via da valorização do rendimento real em termos dos preços relativos dos bens básicos de consumo, ela não explica a relação entre o rápido crescimento da economia e esses preços ou a incapacidade da economia de produzir comida a baixo custo acessível para todos. Quer dizer, a análise de Wuyts é uma parte de uma explicação mais geral, e não a explicação mais geral em si. Sendo consistente com as conclusões associadas ao conceito de economia extractiva, a análise de Wuyts pode, pois, ser uma componente deste conceito.

ciação entre os vários fenómenos sistematicamente, e que relaciona estes fenómenos com o processo mais geral de acumulação de capital, que é o objectivo nuclear da economia capitalista.

É isto que o conceito “*economia extractiva*”, como descrição de um modo de acumulação de capital em Moçambique, pretende fazer.

ECONOMIA EXTRACTIVA DESCODIFICADA

Então, quais são as características que tornam o modo de acumulação de capital em Moçambique extractivo? Na essência, é uma economia orientada para a satisfação de dinâmicas externas e globais de acumulação de capital, ao mesmo tempo que pretende acelerar o processo de formação das classes capitalistas nacionais, com recurso à exploração primária de recursos naturais. Posto de outra forma, o processo de acumulação e formação das classes capitalistas domésticas é dependente, não só associado, das dinâmicas globais do capitalismo e, naturalmente, serve a reprodução dessas dinâmicas da economia e dessa dependência. Nas condições históricas específicas de Moçambique, estas dinâmicas de acumulação são unificadas – quer dizer, é construída e consolidada a aliança orgânica entre acumulação rápida pelas classes capitalistas nacionais e os interesses globais ou regionais do capitalismo – por via da privatização do controlo dos recursos naturais e do acesso aos excedentes e oportunidades de negócio dos megaprojectos do complexo mineral e energético (Castel-Branco, 2002a, 2002b, 2003, 2010). A ideia de Moçambique ser rico em recursos naturais é derivada de o acesso privilegiado a estes recursos ter ficado a base de acumulação do capital doméstico.

O próprio conceito “recurso” natural é definido em função dos interesses do grande capital. Por exemplo, centenas de oleiros em Tete foram expropriados das suas terras por causa da expansão das minas de carvão. O recurso natural que formava o modo de vida destes oleiros, barro e argila usados no fabrico de tijolos de construção civil e outros produtos de olaria, é negligenciado em relação ao carvão, cuja exploração é realizada por poderosas multinacionais. Este parágrafo não argumenta que um “recurso” é mais adequado do que outro, mas apenas que a definição de “recurso” natural útil e de valor nacional depende de pressões e interesses em conflito.

Este elemento essencial do modo de acumulação de capital em Moçambique (*aliança orgânica entre grande capital nacional e multinacional construída em torno de dinâmicas externas de acumulação e cristalizado na exploração primária*

de recursos naturais) gera e reproduz os traços estruturais específicos da economia extractiva, que se seguem.

Primeiro, a economia é especializada em produtos e processos primários de produção, que funcionam paralelamente uns com os outros, sem desenvolver teias multidimensionais de articulação. Cadeias de produção, superficiais e pouco variadas, desenvolvem-se apenas verticalmente, em associação com a necessidade económica ou interesse de grupo no semi-processamento de produtos primários para exportação. Como consequência, a base produtiva e comercial afunila, no sentido em que a especialização em produtos e processos primários limita a quantidade e a variedade de actividades e qualificações, as possibilidades de articulação, a profundidade dos sectores de actividade económica e as oportunidades de realizar ligações industrializantes. Estas características dominam todos os sectores da economia, desde o investimento às finanças, da produção aos serviços, e são as influências mais marcantes da intervenção pública (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Langa & Mandlate, 2013; Massingue & Muianga, 2013; Massarongo, 2010, 2013).

Segundo, a economia extractiva é porosa, no sentido em que é ineficiente a reter e acumular, socialmente, excedente não consignado (para utilização livre) através do processo de reprodução, na economia como um todo. A porosidade manifesta-se por via das perdas de rendimento nacional, da privatização das rendas sociais da economia, da fraqueza das ligações dentro da economia doméstica, da baixa taxa de reinvestimento dos retornos do investimento directo estrangeiro, da concentração do investimento em torno dos grandes projectos do complexo mineral-energético e das dinâmicas especulativas do sector financeiro. A porosidade da economia é consequência lógica da economia extractiva e do padrão de distribuição que dela decorre, pois remunera o grande capital multinacional e nacional e o sistema financeiro por via da expropriação do Estado, quer dos recursos naturais, quer do excedente e rendas sociais que deles se geram. Esta expropriação e privatização do bem público é prosseguida por via dos incentivos fiscais redundantes, da privatização das acções do Estado nas empresas, da subvalorização dos recursos e da produção comercializada e sobrevalorização dos custos de investimento, entre outros. *A porosidade é o mecanismo pelo qual a acumulação privada é acelerada com base em recursos públicos e à custa do sacrifício das rendas públicas e do desenvolvimento de base alargada, articulada e diversificada* (Castel-Branco, 2010, 2012a, 2012b).

A porosidade emergiu num contexto de financiamento de mais de 60% da despesa pública pela ajuda externa, que garantiu a sobrevivência política do Estado

em condições de economia extractiva. A crise da ajuda externa poderá acelerar a crise de legitimidade política do Estado, pois aumenta as pressões sobre as opções e prioridades de política pública, tanto sobre as suas estratégias de mobilização de recursos para financiamento do Estado e da economia, como das suas estratégias de despesa (Castel-Branco, 2010; Castel-Branco *et al.*, 2005).

Terceiro, o incentivo da economia é dado pelos objectivos do capital regional e global – o rápido crescimento da economia e elevados níveis de investimento são determinados por estas dinâmicas externas orientadas para produtos e processos primários de produção e para exportação de *commodities*. Este fenómeno é observável na indústria, na agricultura, nas minas, no turismo e nas pescas; nas infra-estruturas (transporte, energia, água, e vias de comunicação) que servem as dinâmicas extractivas dos sectores produtivos; no sector financeiro e na estruturação das empresas nacionais industriais e de serviços que prestam serviços a esta economia (Castel-Branco, 2010; Massingue & Muianga, 2013; Massarongo, 2013; Langa & Mandlate, 2013; Ganho, 2013). Uma consequência desta característica é o subdesenvolvimento dos mercados nacionais e a incapacidade de a economia satisfazer as necessidades domésticas – de produzir comida variada e a baixo custo, amplamente acessível; de mobilizar o excedente gerado para uso social doméstico (tanto para financiar o Estado como para financiar a diversificação da base produtiva); de gerar dinâmicas de industrialização intensiva em trabalho com níveis de produtividade e de custo de trabalho/produto competitivos, mas com salários reais decentes; de gerar dinâmicas de emprego massivo, de maior produtividade (Wuyts, 2011a, 2011b; O’Laughlin & Wuyts, 2012; Ibraímo, 2013; Stevano, 2013).

Quarto, a base macroeconómica gerada por este modelo de acumulação é instável e volátil. Por um lado, a base produtiva e comercial é afunilada, especializada em produtos e processos primários, o que torna a economia vulnerável à volatilidade dos mercados mundiais e incapaz de substituir importações. Por outro lado, a porosidade contribui para o défice fiscal, o aumento da dívida pública, o incentivo à especulação financeira e a escassez e encarecimento do crédito à economia por parte da banca doméstica. Adicionalmente, a combinação entre o enfoque na demanda externa e a porosidade torna a economia incapaz de satisfazer as necessidades domésticas em bens e serviços básicos de consumo, reduzindo a qualidade de vida e o poder de compra do salário das camadas de menor rendimento, tornando a força de trabalho não competitiva e desincentivando a criação de emprego, aumentando a sensibilidade da economia à inflação importada, alimentando instabilidade social

e gerando pressões políticas para proteger o valor da moeda de modo a mitigar os efeitos da inflação importada no custo de vida das camadas de menor rendimento (o que, por sua vez, afecta a competitividade da economia). Finalmente, as ligações que se desenvolvem em torno dos grandes projectos, numa economia afunilada e não diversificada, funcionam também como canais de transmissão de crise, pois a crise de um mercado mundial para uma dada *commodity* transmite-se para todos os fornecedores do produtor dessa *commodity*, afectando, com particular gravidade, todos os fornecedores que não tenham clientes e mercados alternativos (Castel-Branco, 2010; Wuyts, 2011; Massarongo & Muianga, 2011; Massarongo, 2010, 2013; Langa & Mandlate, 2013).

Alguma literatura prefere classificar este tipo de economia como “economia de renda”. Por um lado, esta classificação sugere que os rendimentos obtidos são imerecidos, temporários e improdutivos, resultando de mera colecta, não sendo, por definição, o produto da organização capitalista da economia (Brito, 2009). Por outro lado, esta abordagem conduz à conclusão que o debate em torno da apropriação de excedente reflecte uma abordagem de renda e não de industrialização (Serra, 2011). Efectivamente, a economia extractiva é um modelo de produção, expropriação, apropriação e acumulação de excedente, e não apenas de captura de rendas improdutivas. Sim, há elementos do modelo que mais se parecem com simples colecta de rendas, como a especulação financeira ou especulação com recursos naturais, mas mesmo esses elementos são parte de um sistema de produção e acumulação que une capital nacional e multinacional num processo ditado por dinâmicas globais de acumulação assente em recursos primários. Aliás, a característica dominante da economia capitalista na fase imperialista (ou de globalização, como mais comumente se diz nos nossos dias) é a financeirização do processo de acumulação de capital num contexto de divisão global do trabalho que generaliza a produção, extracção e apropriação de mais-valia à escala global, gerando e reproduzindo o desenvolvimento desigual do capitalismo (Fine, 2007, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d; Fine & Saad-Filho, 2010). A economia extractiva é parte deste processo global mais geral. Não são as rendas, mas o processo de produção e acumulação, que constituem a essência e o elemento mais marcante do modelo (Castel-Branco, 2010; Saad-Filho & Weeks, 2013; Fine & Rustomjee, 1996; Fine & Saad-Filho, 2010). Mas a questão da apropriação do excedente é uma componente vital tanto do modelo de acumulação como das estratégias de transformação por afectar os padrões de produção, reprodução e acumulação. Logo, nem a economia descrita como extractiva é apenas

de rendas, nem o tratamento da questão das rendas é necessariamente o reflexo de uma abordagem rendeira da economia.

Este esboço do modelo de funcionamento da economia permite enquadrar melhor o debate sobre porosidade, num quadro de economia política, e levanta questões fundamentais de estrutura e dinâmica para o desenho do quadro macro-económico de exploração dos recursos naturais. As duas próximas secções tratam destas questões.

POROSIDADE E ACUMULAÇÃO PRIVADA DE CAPITAL

O debate sobre rendas de megaprojectos em Moçambique tem sido intensificado à medida que novas descobertas de recursos são anunciadas e que maior consciência o público vai tendo sobre a contradição entre a produção de excedente, a apropriação social ou privada desse excedente e as suas implicações sociais face às imensas necessidades e aspirações não satisfeitas. Perante a crescente pressão da opinião pública sobre a necessidade de renegociação dos contratos dos mega-projectos, vinda de muitos quadrantes da sociedade, as respostas do governo e seus analistas são voláteis e contraditórias. Em finais de 2012, tanto o (então) Primeiro-Ministro, Aires Ali, como o Ministro das Finanças, Manuel Chang, se pronunciaram no Parlamento e em outros fóruns a favor da renegociação dos contratos com os mega-projectos (AIM, 2012a, 2012b; Lusa, 2012; *O País*, 2012), juntando as suas vozes à do Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove (Canal de Moçambique, 2011; *O País*, 2011a, 2011b), Vieira (2011) e outros membros proeminentes do *establishment* político.

Em 2013, o aparente entusiasmo do governo pela renegociação dos contratos das multinacionais parece ter esmorecido, e já nenhum dos dirigentes políticos fala desta questão tão abertamente.⁴ Já no seu discurso ao Parlamento, em finais de 2012, o Presidente da República, Armando Guebuza, declarava que os mega-projectos minerais, energéticos e florestais eram como plantas que seguem um ciclo de desenvolvimento, passando pela sementeira, rega, sacha e, só no fim, a colheita. Dizia o Presidente que, tal como as plantas, os projectos de recursos naturais precisam de tempo para crescer, que não havia ainda rendimento tributável porque os projectos se encontravam nas

⁴ Os recentes movimentos de protesto contra os baixos salários do pessoal da saúde e as deterioradas condições de trabalho e atendimento nos hospitais e centros de saúde públicos poderão obrigar o governo a retomar a retórica da renegociação dos contratos.

fases iniciais dos seus ciclos de vida. Logo, argumentava o Presidente, os compatriotas que exigem benefícios imediatos são impacientes e irrealistas (Guebuza, 2012). Em inúmeras ocasiões, o Presidente Armando Guebuza e o actual Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, têm acusado os defensores da renegociação dos contratos com os mega-projectos de serem irrealistas, desconhecerem os factos, sonharem com carvão no prato, quererem comer antes de plantar e serem súbditos de patrões estrangeiros. Ao mesmo tempo, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento – que em 2011 assumiu a responsabilidade de declarar, no Parlamento, que o governo não via a necessidade de renegociar contratos com mega-projectos, contrariando o discurso do Governador do Banco Central – declarou, recentemente, que as rendas dos mega-projectos seriam fundamentais para reduzir as disparidades regionais, enquanto a Ministra dos Recursos Mínerais não se cansa de minimizar a crítica à estratégia de “enclave” económico, ao enfatizar o papel que as multinacionais desempenham, através dos programas de responsabilidade social corporativa, no desenvolvimento comunitário.

Em conclusão, existem várias posições sobre este problema, e o discurso oficial muda em função de circunstâncias políticas. Mas é óbvio que existe grande resistência à re-socialização do excedente, por via da tributação ou outra. As lideranças políticas e as classes capitalistas nacionais parecem ter clara preferência pela privatização completa da acumulação do excedente, o que acontece por via da sua aliança com o capital multinacional através do acesso à estrutura accionista das empresas, quotas de fornecimento de bens e serviços e renegociação privada do acesso a recursos naturais e a infra-estruturas que pertencem ao Estado. Este argumento é confirmado pela vasta informação posta a circular pelo Centro de Integridade Pública (CIP) através da sua base de dados sobre elites e recursos naturais (ver, por exemplo, CIP Newsletters, 17, 16, 13; Nhachote, 2010).

Esta secção pretende, sobretudo, esclarecer elementos do debate e mostrar que é necessário e possível renegociar contratos com os mega-projectos. A secção também discute a lógica, ou racionalidade, da porosidade como parte do processo de acumulação de capital.

CUSTOS DA POROSIDADE PARA A ECONOMIA

Por porosidade entendemos o grau de ineficiência da economia em reter e acumular, socialmente, excedente não consignado (para utilização livre), através do processo de reprodução, na economia como um todo. A porosidade manifesta-se por via das perdas de rendimento nacional (associadas a incentivos fiscais, que maximizam

o repatriamento de capitais, e à fuga ilícita de capitais), da privatização das rendas sociais da economia, da fraqueza das ligações dentro da economia doméstica, da baixa taxa de reinvestimento dos retornos do investimento directo estrangeiro e da concentração do investimento em torno dos grandes projectos do complexo mineral-energético.

Os dados que se seguem têm em vista apresentar um cálculo tão preciso quanto a informação disponível permite sobre o nível de porosidade, mostrando as perdas que representa para a economia. Há custos muito difíceis de calcular, quer por causa do acesso aos dados, quer porque a avaliação depende de pressupostos sobre ligações e efeitos multiplicadores que podem ou não acontecer. Estes indicadores são muito subjectivos. Estudos de caso permitirão acumular evidência, a médio e longo prazos, para tratar deste tipo de custos.

Antes de apresentar estes dados, há um ponto importante a esclarecer nos termos deste debate e informação. *Estes dados dizem respeito a apenas quatro mega-empresas que já geram lucros tributáveis há três anos ou mais*, e sobre as quais foi possível reunir informação, nomeadamente a Mozal, a Sasol, a Kenmare e a HCB. *Portanto, estão excluídos desta análise todos os projectos que ainda não estão em operação ou que apenas geram lucros tributáveis há menos de três anos.*

INCENTIVOS FISCAIS E NÃO TRIBUTAÇÃO DE GANHOS DE CAPITAL

Entre 2008 e 2009, as quatro grandes empresas mencionadas acima contribuíram com mais de 20% do PIB e menos de 2% das receitas fiscais. O seu contributo fiscal combinado correspondeu a apenas 3% do valor total das suas exportações. O valor do contributo fiscal dos rendimentos dos trabalhadores destas empresas (26% do contributo fiscal total das quatro empresas) excede o valor do contributo fiscal dos seus rendimentos de capital (23%) (GdM, 2010). Comparando os rácios dos rendimentos e dos pagamentos fiscais destas quatro empresas, a HCB (única empresa nacional entre as quatro) tem um esforço fiscal seis vezes superior ao da Mozal, duas vezes superior ao da Sasol e 20% superior ao da Kenmare. Com um esforço fiscal equivalente a metade do da Sasol e a um quinto do da Kenmare, a Mozal é, comparativamente, a mais beneficiada destas quatro mega-empresas.

Como resultado, entre 2003 e 2011, apenas devido a incentivos fiscais de que beneficiaram estas empresas do complexo mineral-energético, o Estado perdeu,

cumulativamente, receita fiscal equivalente a US\$ 1,6 bilhões (a uma média anual de US\$ 170 milhões). Somente com a Mozal, o Estado perdeu, no mesmo período, um acumulado de US\$ 720 milhões (à média de US\$ 80 milhões por ano) (GdM, 2000-2011). É de salientar que, entre 2008 e 2010, por causa da crise internacional, os preços do alumínio caíram em cerca de 40%, tendo afectado as receitas da Mozal e minimizado as perdas fiscais do Estado. Se os preços do alumínio tivessem permanecido os mesmos de 2007, os lucros da Mozal teriam sido substancialmente maiores, o que teria aumentado a sua massa tributável que não é tributada por causa dos incentivos fiscais. Logo, as perdas do Estado com incentivos fiscais teriam sido mais altas.

No caso do gás, o acordo prevê que o Estado venda o gás à Sasol aos preços mais baixos possíveis. Quer dizer, além de beneficiar de incentivos fiscais, a Sasol tem permissão do Estado Moçambicano para não fazer lucros em Moçambique. Se a Sasol comprasse o gás a preços internacionais, as perdas fiscais do Estado seriam ainda mais notórias, pois os lucros não tributados da Sasol seriam mais altos, embora estas perdas pudessem ser parcialmente compensadas pelo preço de compra do gás.

Dado o nível de desinformação e omissão de informação, é quase impossível conhecer a totalidade das transacções realizadas entre mineradoras e entre estas e indivíduos com activos produtivos nacionais. Segundo a Ministra de Recursos Minerais, muitos dos operadores moçambicanos que obtêm licenças de exploração de recursos naturais negociam-nas, quase de seguida, com operadores estrangeiros (Bias, 2010). Além disso, são conhecidas pelo menos duas transacções de activos mineiros entre grandes multinacionais, a mais mediática das quais envolveu a venda de 51% dos activos da Riversdale no carvão de Tete à Rio Tinto por um valor cinco vezes superior ao valor dos activos totais da Riversdale antes de lhe ter sido adjudicada a licença de exploração do carvão. Em condições de crise financeira e energética, grandes corporações vão tender a especular com licenças de recursos naturais, pelo que é de esperar que muitas mais transacções deste tipo tenham ocorrido ou possam ocorrer. Uma estimativa grossa, usando parâmetros internacionais médios, indica que, se o governo tivesse implementado um sistema de tributação de ganhos extraordinários de capital dentro de padrões médios internacionais, poderia ter colectado, nos últimos cinco anos, entre US\$ 800 milhões e US\$ 1 bilhão em cargas fiscais sobre transacções de activos. Além da receita pública, esta medida teria o efeito de desencorajar a especulação com recursos naturais, tanto por parte das corporações multinacionais como por parte de especuladores domésticos. Portanto,

a tributação destas transacções pode gerar receita fiscal e desencorajar a especulação com recursos, privilegiando o investimento produtivo.

Somando as perdas fiscais com incentivos e com a especulação de recursos naturais, mesmo tomando em conta a crise dos preços mundiais de alumínio e o baixo preço do gás à Sasol, com outro sistema de gestão do excedente e dos recursos, o Estado poderia ter arrecadado uma receita adicional de cerca de US\$ 2,4 biliões nos 9 anos em análise, ou seja, cerca de US\$ 270 milhões por ano, em média. (A correcção do preço do gás poderia dar ao Estado um adicional de cerca de US\$ 25 milhões por ano). A título comparativo, estes valores são equivalentes a cerca de 12%-13% da receita pública total, aproximadamente 7%-8% da despesa pública total, e 2,5%-3% do PIB. Isto quer dizer que, tributando estas actividades, mesmo com o impacto da crise internacional na Mozal e do mau negócio da Sasol, o orçamento do Estado poderia ter sido 8%-10% maior, com travagem e possível redução da dívida pública e redução da dependência em relação à ajuda externa.

A título ilustrativo, estes montantes, multiplicados ao longo do período, são equivalentes à construção de 250 empresas agro-industriais modernas, de dimensão média, empregando entre 60 000 e 80 000 trabalhadores; ou à construção de 270 escolas secundárias; ou ao recrutamento de 20 000 novos professores, com formação superior, para o ensino secundário, com salários melhorados; ao financiamento sustentado de todo o sistema de saúde em Moçambique; ou à aquisição e manutenção de 1600 autocarros novos para o transporte público; ou ao dobro do custo do subsídio de combustível no País; ou a 60% da dívida pública interna; ou a metade da ajuda geral ao orçamento do Estado; ou ao dobro da despesa do Estado com a agricultura no mesmo período; ou a quase duzentas vezes o valor do pacote público de apoio às pequenas e médias empresas; ou, finalmente, ao quántuplo do custo de financiamento do fundo de iniciativa local, “7 milhões”. Portanto, mesmo contando apenas com quatro mega-empresas, e apesar dos problemas de preços mencionados na análise, a retenção e absorção social destes montantes não é uma ninharia.

Portanto, o Estado não tributa o capital para financiar a economia e os bens públicos essenciais por sua opção e escolha, e não porque não haja excedente a tributar. Não existe, este excedente, em todos os sectores e empresas, mas, mesmo onde existe, o Estado não tributa.

A análise das perdas de rendimento público poderia ser estendida para incluir as tarifas sobre a terra para grandes projectos comerciais, que são uma ninharia comparadas às médias internacionais (cerca de US\$ 0,40 por hectare) e que não são

cobradas (Castel-Branco & Mandlate, 2012). Mas estes dados são muito inconsistentes, omissos escondidos.⁵

A questão seguinte é se o investimento teria acontecido sem os incentivos fiscais. Duas linhas de análise são usadas para demonstrar a redundância dos incentivos fiscais para os mega-projectos. Do ponto de vista teórico, os incentivos fiscais não podem ser determinantes para projectos com as características dominantes do investimento em Moçambique: mega-dimensão, altos custos de insucesso, implementados por firmas multinacionais que dominam mercados regionais ou mundiais, e baseados em recursos locais (gás, carvão, areias pesadas, etc.) ou outras vantagens (como a relação entre a localização da Mozal e os interesses da ESKOM no controlo da rede regional de energia). Estas firmas não procuram rendas marginais de curto prazo localizadas em pequenas economias, mas operam sob estratégias corporativas de grande dimensão. Por isso, as suas decisões de investimento respondem a interesses de localização dentro de estratégias globais (como, por exemplo, o controlo de recursos, da logística, dos mercados ou fontes de energia) (Castel-Branco, 2010).

Do ponto de vista empírico, Bolnick (2004, 2009a, 2009b) demonstrou os altos níveis de redundância dos incentivos fiscais, especialmente para projectos de grande dimensão, em Moçambique e na África Austral. No caso de Moçambique, um estudo aleatório de 60 empresas mostrou que 73% não consideram os incentivos aduaneiros relevantes e 83% consideram os incentivos sobre o rendimento pouco relevantes. Sobre as decisões de investimento, 78% declararam que as suas decisões de investimento não são influenciadas por incentivos fiscais sobre os rendimentos, enquanto 67% afirmaram que teriam realizado o investimento mesmo sem isenções aduaneiras. Neste estudo, as isenções aduaneiras, apesar de largamente redundantes, são significativamente mais importantes do que as isenções de impostos sobre o rendimento por causa da dependência da economia moçambicana de importações de bens de investimento (Bolnick, 2009a, 2009b).

Finalmente, Castro *et al.* (2009) e Kuegler (2009) mostram que, num contexto de acordos de protecção contra dupla tributação, em que a empresa multinacional recebe um crédito fiscal, no País de origem, correspondente aos impostos pagos em Moçambique, os incentivos fiscais são contraproducentes do ponto de vista do montante total de incentivos que a empresa recebe globalmente.

⁵ A experiência mundial de transformação industrial da economia, quer na Inglaterra nos primórdios da revolução industrial, quer na Ásia no século XX, mostra a importância crucial da reforma da terra e da sua tributação para a construção das condições do triunfo do capitalismo industrial sobre o capitalismo de renda de latifúndio.

A questão que se segue é se o Estado não perderia credibilidade perante os investidores estrangeiros e os mercados por tentar renegociar os contratos. A resposta simples é a que foi dada pelo Professor Jenik Radon, Jurista (Universidades de Stanford e Columbia), numa palestra em Maputo sobre a negociação de projectos petrolíferos: *se contratos existem, então podem ser renegociados*. Estas palavras ecoam com as dos Professores Joseph Stiglitz (Nóbel de Economia) e Jeffrey Sachs (Universidade de Columbia), em palestras sobre recursos naturais e tributação proferidas em Maputo. A experiência internacional, em todos os continentes, mostra que os contratos são renegociados para corrigir erros e desequilíbrios nos ganhos entre as partes, ou para os adaptar a novas circunstâncias. Há renegociações mais e menos difíceis, com mais ou menos sucesso, mas a iniciativa de renegociar contratos, em si, não constitui um problema.

Para o investidor, é muito mais problemático enfrentar instabilidade e ruptura social e económica, ser olhado com desconfiança e tornar-se alvo da ira de cidadãos insatisfeitos e comunidades destruídas, do que renegociar contratos para ajudar a resolver esses problemas. Ser apoiado por um governo desacreditado perante os cidadãos é desconfortável e perigoso do ponto de vista de imagem e de negócio, e pouco eficaz. Olhar à volta e não encontrar um tecido industrial e empresarial, científico e tecnológico minimamente sólido, ter trabalhadores mal formados ou desmoralizados porque os familiares não têm atendimento hospitalar decente, é mais preocupante para o negócio do que renegociar os contratos cujos termos actuais são parte destes problemas. Ter que importar toda a comida dos trabalhadores e famílias, para manter a motivação e *standards* aceitáveis de produtividade, porque a economia do alumínio, do carvão e do gás não consegue abastecer-se com alimentos variados e baratos, não é o tipo de problema com que o investidor queira ficar envolvido numa base permanente. Para o investidor, há problemas maiores do que renegociar contratos, sobretudo se os termos dos contratos forem parte dos problemas, e se a renegociação for parte da solução. **Aliás, nas circunstâncias económicas e sociais de Moçambique, a única coisa pior do que renegociar contratos é não os renegociar.**

O governo tem a possibilidade de construir ou fazer parte de uma plataforma nacional e internacional de apoio à renegociação dos contratos. Organizações comunitárias e sindicatos, organizações não governamentais e académicas, empresas e associações empresariais, deputados e partidos políticos, os parlamentos de países doadores e as suas organizações sociais, instituições financeiras internacionais, entre

outros, apoiam as renegociações. Na Europa e nos EUA há pressões crescentes para combater a grande evasão fiscal e os paraísos fiscais, e para melhorar rapidamente a base fiscal das economias subdesenvolvidas, com recurso à tributação do capital multinacional que opera nessas economias. A última cimeira do G-8, no Reino Unido, destacou que se as multinacionais pagassem impostos nas economias subdesenvolvidas em que operam, dependência de ajuda externa tornar-se-ia um fenómeno do passado (The Guardian, 2013; Sky News, 2013; The Independent, 2013). Um governo inteligente pode construir tal plataforma e usá-la para fortalecer a sua posição negocial.

Em resumo, há massa tributável ociosa; é necessário tributá-la pois o seu impacto económico é significativo, dada a escala da economia nacional; os incentivos são largamente redundantes e alguns até são contraproducentes;⁶ e é possível formar uma frente de apoio social político, económico e técnico para a renegociação. Qual é, então, o problema?

REINVESTIMENTO DE LUCROS E SAÍDA DE CAPITALIS

Dados da balança de pagamentos (Banco de Moçambique, 2003-2011) mostram que as mega-empresas reinvestem, em média, apenas entre 3%-5% dos seus retornos na economia moçambicana. Por causa dos incentivos fiscais, que maximizam os retornos repatriáveis das grandes empresas, o repatriamento de lucros e custos de serviços contratados destas empresas são os mais importantes determinantes do saldo negativo da balança de capitais de Moçambique. Dado que as transferências destas empresas são iguais aos seus lucros brutos (por causa da não tributação), e dada a liberdade de transferências de capitais de que beneficiam, as transferências destas empresas aumentam substancialmente quando os seus lucros melhoram. Portanto, quanto mais lucrativas forem, mais a economia de Moçambique perde. Este efeito é captado pelos dados da balança de pagamentos de Moçambique, que mostram uma balança de capitais substancialmente menos deficitária nos períodos de crise das mega-empresas, e mais deficitária quando estas empresas recuperam a sua lucratividade. Este é, aliás, um dos sinais mais marcantes da economia extractiva, que tem origem nos padrões de produção e não apenas na partilha de rendimentos (Castel-Branco, 2012b). Os dados da balança de pagamentos permitem estimar que a saída lícita de capitais, determinada pelo padrão de acumulação e porosidade, corresponde a 3%-4% do PIB ao ano, dependendo das condições comerciais enfrentadas pelas mega-empresas.

⁶ Para uma análise mais detalhada e precisa desta discussão de incentivos fiscais, ver Ossemane (2011).

A fuga ilícita de capitais é outra dimensão do problema de descapitalização da economia. Usando dados do FMI para operações comerciais ilícitas envolvendo multinacionais [*transfer pricing*, subvalorização dos ganhos (exportações e preços), sobrevalorização dos custos iniciais de investimento e das importações, entre outros], o Global Financial Integrity calculou que a economia moçambicana perde 3%-5% do PIB ao ano com fuga ilícita de capitais (Fjeldstad & Heggstad, 2011; Froberg & Waris, 2011; Vestergaard & Hojland, 2009).⁷ A comparação entre as declarações de exportações em Moçambique e de importações nos países importadores, depois de ajustadas para efeitos contabilísticos (taxas de câmbio, preços fob/cif, etc.) permitiu identificar uma sistemática subvalorização das exportações de uma das mega-empresas do complexo mineral e energético na ordem dos 10% ao ano (Castel-Branco, 2012a).

Em resumo, a soma da saída lícita (repatriamento de lucros) e a fuga ilícita de capitais totaliza entre 6% e 9% do PIB, anualmente. Isto é, saem aproximadamente entre US\$ 600 milhões e US\$ 900 milhões da economia por efeito das várias componentes da porosidade da economia, incluindo as ilícitas. Em outras palavras, o valor que sai da economia é equivalente ao crescimento anual do PIB de Moçambique (dado que o PIB cresce, em média, 7,5%-8% ao ano).

Embora seja muito difícil combater a fuga ilícita de capitais em que as multinacionais se especializam, é possível minimizar este problema criando a capacidade para monitorar os projectos – custos iniciais de investimento, os mercados em que operam e o que vendem, compram e a que preço, as consultorias que encomendam, capacitação do sistema bancário, em especial do banco central, para controlar as transacções comerciais e financeiras, a negociação do recrutamento de fornecedores domésticos para minimizar o problema de *transfer pricing*, entre outros.

A questão central é que as multinacionais têm as capacidades, o poder financeiro e a experiência, então, não vale a pena chamá-las para se ocuparem com os recursos nacionais sem que em Moçambique se montem as capacidades necessárias para gerir os processos em benefício do País. Ou a economia corre o risco de ser despromovida de divisão logo na primeira época. O custo para montar estas capacidades deve ser mais do que compensado pela redução da fuga de capitais. Portanto, a colocação em exploração de recursos nacionais e a extensão do papel do capital externo de grande dimensão só devem ser feitas à medida do crescimento

⁷ Esta estimativa exclui todas as outras formas potenciais de fuga ilícita de capitais não captáveis por via da análise dos dados da balança de pagamentos.

da capacidade nacional de gerir estes recursos e as relações com as multinacionais, em benefício da economia como um todo.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública ocorre para financiar despesas do Estado, sejam elas correntes ou de investimento, ou despesas associadas à garantia pública de dívida privada. No essencial, a dívida decorre da incapacidade de financiar a despesa por meios próprios.

Entre 2001 e 2012, a dívida pública interna aumentou a uma média de 43% ao ano, tendo passado de 1,6 biliões de meticais (US\$ 54 milhões) em 2001 para 25 biliões de meticais (US\$ 830 milhões) em 2012. Ao longo deste período, a dívida pública interna mobiliária, que corresponde à dívida contraída por emissão de títulos para os residentes, representou em média 70% da dívida pública interna total, e foi a principal determinante do seu crescimento. O peso dos juros da dívida pública interna cresceu rapidamente como percentagem dos juros da dívida pública total do Estado (de 2% em 1999 para 71% em 2012), apesar de o *stock* da dívida pública interna ser apenas 20% do *stock* da dívida pública externa. O *stock* de dívida pública interna aumentou, como percentagem do PIB, de menos de 1% em 1999 para 8% em 2012, apesar das elevadas taxas de crescimento do PIB (em média, 8% ao ano) durante este período (GdM, 2000-2011, 1999-2012; INE, 1998-2011; Massarongo & Muianga, 2011).

Destes dados, quatro aspectos são notáveis. Primeiro, o crescimento extraordinário da dívida pública interna. Segundo, o facto de ser impulsionada pela emissão de títulos para financiamento do Estado a curto prazo e/ou para controlo da massa monetária. Terceiro, o facto de ser comparativamente muito mais cara do que a dívida externa, pois, embora represente menos de 17% do *stock* total da dívida pública, representa 71% dos juros. Finalmente, a rápida aceleração da dívida pública interna começou quando o primeiro dos mega-projectos, a Mozal, entrou em funcionamento. Isto é, a dívida pública começou a acelerar num período em que começavam a surgir novas oportunidades fiscais que, no entanto, ficaram ociosas por causa dos incentivos fiscais.

Há um quinto factor que importa reter, e que é discutido em mais detalhe em (Massarongo, 2013): a dívida pública interna, a forma como é contraída e a sua alocação na economia têm impacto significativo no mercado de capitais, afectando a eficácia da política monetária, os incentivos do sistema financeiro e a disponibilidade e custos do capital para financiamento doméstico da economia. Avaliar o

impacto/custo da dívida pública interna no financiamento da economia é complexo e moroso. (Massarongo, 2013) é um esboço inicial do que vai ser um projecto de investigação que pode conduzir a este tipo de informação.

Se utilizasse a receita fiscal potencial ociosa de US\$ 270 milhões por ano, que pode ser colectada com a renegociação dos contratos e a introdução da tributação dos ganhos extraordinários de capital, seria possível o Estado reduzir substancialmente o recurso à emissão de títulos, limitar o seu peso na procura de dinheiro, retirar parte da pressão sobre os juros e a disponibilidade de capital, e mudar os incentivos para o sector financeiro operar mais em linha com o desenvolvimento de uma base produtiva comercial alargada e reduzir os custos de investimento na economia. Se a despesa pública, financiada pelas receitas fiscais adicionais, for alocada à redução dos custos marginais de investimento (investimento em infra-estruturas, energia, serviços industriais e tecnológicos, investigação e inovação, formação, serviços financeiros e comerciais, transportes, etc.), num quadro estratégico claro dado por política industrial, o risco e os custos do capital podem baixar substancialmente. Este conjunto de ligações multiplicadoras é difícil de avaliar, mas o seu valor deve ser significativo.

Portanto, uma análise mais completa dos custos e perdas dos incentivos fiscais tem que adicionar ao custo directo da ociosidade fiscal dos mega-projectos o impacto dos incentivos fiscais no défice público, e o seu impacto na escolha de modalidades de financiamento público que afectam a dívida pública interna mobiliária, a disponibilidade e custo de capital, os incentivos e dinâmicas do sector financeiro, o emprego e desenvolvimento da pequena e média empresa. Portanto, é do interesse da sociedade, como um todo, provocar as mudanças necessárias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A responsabilidade social corporativa tem sido apresentada como alternativa para reduzir a porosidade social sem prejudicar o sistema de acumulação privada baseado na expropriação do Estado. O argumento é que as empresas investem na sociedade, sobretudo ao nível comunitário, assumindo a responsabilidade pela provisão de bens e serviços públicos em falta localmente, e que normalmente são do domínio do governo. Logo, a sociedade já beneficia e, em vez de desafiar as empresas num processo de renegociação de contratos, será melhor apelar ao seu senso de responsabilidade social.

Há uma série de problemas óbvios com este argumento (que, aliás, é essencialmente cínico). Primeiro, as instituições públicas são eleitas para prestarem serviços

públicos à sociedade e será ilegítimo, política e moralmente, que abdicuem dessas responsabilidades e as passem para as grandes corporações. Permitir a emergência de empresas majestáticas é contrário aos princípios básicos da República, da soberania e da democracia. Segundo, a responsabilidade social não só não é sinónimo, mas até é antónimo, de caridade social. A responsabilidade social das empresas reside nas questões fundamentais: relações de trabalho, inserção na comunidade, pagamento de impostos, condições de produção e qualidade dos produtos, tratamento do meio ambiente, entre outros. O patrocínio do poço de água, da escola ou do festival desportivo só conta depois do que é essencial na responsabilidade social ter sido realizado. Logo, o poço de água não pode ser um substituto para os impostos; se o for, estaremos em presença de cinismo, não de responsabilidade, social. Terceiro, a construção de mega-projectos tem impactos sociais e ambientais inevitáveis: deslocamento de pessoas, destruição de actividades produtivas e modos de vida, desflorestamento, poluição, competição (às vezes restrição) pelo acesso a recursos e infra-estruturas, entre outros. A compensação adequada da sociedade e dos indivíduos por estes impactos é uma obrigação básica do investidor e representa parte do custo social que o projecto tem a pagar. Não é o Estado nem a comunidade quem deve assumir estes custos, mas as empresas que os provocam. Se os custos sociais forem tão elevados que ponham em causa os ganhos privados, então o projecto não deve ser feito dessa maneira. Mas os custos sociais do investimento privado não podem ser escondidos nem assumidos pelo Estado ou pelas comunidades locais. Quarto, caridade social na forma de obras públicas, num contexto de défice fiscal elevado e porosidade, agrava as pressões sobre o orçamento corrente do Estado (que tem de gerir e operar a escola e o centro de saúde, manter a estrada e o poço de água). Contribuí, portanto, para a insustentabilidade fiscal da despesa pública. Quinto, na última década, os gastos destas empresas em responsabilidade social foram inferiores a 2% das suas receitas (Ossemane, 2012), o que torna óbvio que responsabilidade social corporativa não é substituto para outras formas mais sociais e fundamentais de absorção do excedente gerado.

POROSIDADE COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE O CAPITAL NACIONAL E O CAPITAL INTERNACIONAL

Se o problema da porosidade é tão claro e simples de entender, e se as suas implicações sociais e macroe-conómicas são tão óbvias, porque permanece e, mais importante, porque é tão pouco feito pelas autoridades do Estado para resolver esta

questão? Há várias respostas possíveis. A seguir, discutem-se algumas, as que podem fazer mais sentido, deixando-se de fora os argumentos feitos à volta de grandes e pequenas teorias de conspiração em que nem mesmo os seus autores devem acreditar plenamente.

Uma das respostas possíveis para esta pergunta é “corrupção”: os *indivíduos* que formam as elites são corruptos; organizaram este esquema em função dos seus interesses específicos, ou mantêm-no porque têm interesse pessoal nele por ser a via pela qual acumulam capital (Africa Confidential, 2013; Nhachote, 2010). Aparentemente, esta linha de análise é confirmada pela informação contínua sobre o intenso e extenso envolvimento da elite política e económica nacional no complexo mineral-energético traficando influências, especulando com recursos, negociando o acesso à estrutura accionista ou a lugares nos *boards* das empresas, garantindo acesso privilegiado a recursos naturais e infra-estruturas, entre outros. Há poucas dúvidas de que este *modus operandis* deve contribuir para manter o sistema e criar resistência à sua transformação. Mas o problema não foi criado (foi, sobretudo aproveitado e expandido) por essa elite. E não é claro que a sua manutenção sirva os melhores interesses dessa elite a médio prazo.

Outras abordagens (Hanlon, 2011; Hanlon & Mosse, 2010) estão mais interessadas em analisar se as elites aplicam o capital acumulado em novo investimento em território nacional – o que eles chamam modelo “desenvolvimentista”, em oposição à tendência das elites de economias subdesenvolvidas de exportarem o seu capital – do que estão em explicar o processo de acumulação de que essas elites fazem parte. Na sua abordagem, elites e enriquecimento pessoal são inevitáveis, mas é o comportamento das elites, por causa do seu peso desproporcional no desenvolvimento, que determina a trajetória do país e as suas opções. Portanto, a questão reside no que fazem essas elites com o que obtêm e como é que aquilo que fazem se reflecte nas oportunidades de desenvolvimento capitalista mais geral e na formação das burguesias nacionais. Este argumento reflecte uma linha de abordagem sobre a experiência histórica de formação do capitalismo nas sociedades que “entraram tarde” no processo de industrialização, os *latecomers* (Amsden, DiCaprio & Robinson, eds., 2012; Amsden, 2004). Portanto, para esta abordagem, as questões a resolver são se as elites têm oportunidade de se desenvolverem independentemente, e o que as torna predatórias ou desenvolvimentistas. Nesta abordagem, a que distingue as desenvolvimentistas das predatórias é sobretudo se investem na base produtiva nacional ou exportam os seus ganhos, independentemente das implicações sociais e económicas

da base de acumulação que se reproduz na economia doméstica. Nesta linha de pensamento, a forma como essas elites acumulam é um acidente histórico.

Há dois problemas com estas abordagens. Primeiro, as variáveis que usam para explicar os fenómenos que querem explicar – corrupção, elites, desenvolvimentista, predatório, etc. – são construções sociais históricas específicas, nuns casos, ou simplesmente juízos de valor, noutros. No primeiro caso, têm de ser explicadas. No segundo, não têm valor científico ou analítico. As variáveis que têm de ser explicadas – por exemplo, elites, corrupção – precisam de um contexto histórico específico cuja análise e desenvolvimento tende a conduzir à construção intelectual de um modo de acumulação. Segundo, ambas separam o processo de acumulação de capital do processo de aplicação desse capital, e julgam um ou outro, ou ambos, com base em juízos de valor (corrupção, desenvolvimentista, predatório), mas sem uma perspectiva da sua construção histórica e social. São actos, atitudes ou acidentes históricos que afectam indivíduos.

Existe, ainda, um conjunto de análises que está desconfortável (ou mesmo rejeita, ou não entende) com a ideia de um sistema social, ou modo, de acumulação. Estas abordagens preferem analisar problema a problema isoladamente, ou têm enfoque em outras questões. Para estas abordagens, a porosidade é mais um problema, sobretudo de natureza técnica – da qualidade dos contratos e da administração fiscal – ou de “vontade política” (a *vontade política* é adoptada como variável explicativa, embora não signifique rigorosamente nada).

A nossa interpretação do problema (porque é que a porosidade permanece e pouco é feito pelas autoridades governamentais para a reduzir) inclui quatro factores relacionados. Primeiro, é preciso distinguir *porosidade em absoluto* de *porosidade em relação à absorção social da riqueza na economia como um todo*. De facto, o problema que nos preocupa é que a economia **como um todo** (isto é, na sua dimensão social) perde (ou não ganha o que podia) neste processo de acumulação extractiva. Mas isto não quer dizer que exista *porosidade em absoluto*, pois o Estado tem sido particularmente activo e criativo a aumentar a absorção **privada** do excedente. Eis alguns exemplos desta intervenção do Estado: a negociação com empresas para reservar acções que o Estado absorve e depois entrega a empresários nacionais, sem nunca realizar o custo financeiro dessas acções (naturalmente “pagas” com incentivos fiscais ou outras facilidades com a concessão da gestão monopolista de infra-estrutura de transporte); a adopção da prática, não formalizada em lei, de que o acesso a recursos naturais é feito em parceria com moçambicanos; a generalização do acesso

de “quadros superiores do Estado” aos *boards* e estruturas accionistas das empresas mineiras; a introdução de programas de facilitação de ligações com fornecedores locais (com resultados mistos e limitada eficácia e eficiência, mas que existem); o desenvolvimento de estratégias e planos de industrialização extractiva, com excelente detalhe e coordenação conceptual entre os focos de produção e a logística, ao contrário do que acontece com os PARP(A)s. Estes são exemplos de acções que visam aumentar significativamente a absorção do excedente na economia nacional. Estas acções representam uma efectiva transferência de recursos do público para o privado, em que o Estado é o gestor deste processo de transferência. É capitalismo privado promovido a todo o vapor pelo Estado, num processo em que o Estado expropria-se, e expropria o público mais geral, para formar as classes capitalistas nacionais.

Portanto, não é verdade que o Estado não esteja a tentar reduzir a porosidade e a tentar aumentar a absorção do excedente, mas *está a fazê-lo expropriando-se para promover a acumulação privada de capital*. Portanto, a porosidade do ponto de vista de absorção social do excedente mantém-se e provavelmente vai aumentar, se não se desenvolver uma plataforma credível e viável, e a conseqüente pressão social, para que acumulação de capital continue, mas com uma abordagem social (ou se, quem sabe, em vez disso se construa um projecto socialista de desenvolvimento).

Segundo, é preciso entender o contexto histórico em que este processo acontece, pois é esse contexto que explica o processo de acumulação que enfrentamos. De acordo com a literatura que investiga historicamente a formação do capitalismo numa perspectiva crítica de economia política (Marx, 1983; Fine & Saad-Filho, 2010; Hamilton, 1983), a formação do capitalismo e das classes capitalistas nacionais em Moçambique não difere tanto, nos traços essenciais, de processos ocorridos há séculos ou décadas tanto nos países ocidentais como nas suas colónias. Mas os extremos e contradições desse processo são exacerbados pela natureza imperialista e financeirista do capitalismo moderno. As classes capitalistas nacionais têm a opção de se tornarem irrelevantes e redundantes ou de usarem o Estado como canal de transmissão dos processos globais de acumulação para processos nacionais de acumulação. O que Guebuza trouxe, diferentemente de Chissano, para o processo de transformação capitalista de Moçambique foi uma visão de criação de oligarquias capitalistas nacionais com base numa aliança com o capital estrangeiro, usando activamente o Estado como gestor dessa aliança e de conversão do processo global de acumulação em processo nacional de acumulação, privatizando os recursos dispo-

níveis e as suas rendas. Se as suas práticas são moral e politicamente aceitáveis e simpáticas, ou não, se reduzem ou aumentam pobreza, são outros assuntos (que têm tanto a ver com o processo de acumulação como com a sua história política e institucional e o carácter das personalidades activas). Mas que a essência da visão faz sentido para a formação de oligarquias nacionais, isso não há dúvida (Marx 1983).

É verdade que a abordagem de Guebuza é inapropriada para tratar de assuntos da pobreza, da justiça social, do amplo desenvolvimento da economia e da sociedade. Mas a sua prioridade não está nessas questões, mas reside claramente no processo de formação de oligarquias nacionais. O Estado tem sido relativamente competente a concentrar recursos para acumulação privada de grande escala e a construir o seu discurso político em torno dos conflitos daí emergentes. O combate à pobreza tem sido o programa oficial do governo (Brito, 2012), mas o programa que funciona é o da transferência de recursos e capacidades para o grande capital, a construção de alianças financeiras e políticas, a mobilização de investimentos para a logística do núcleo da economia extractiva (Fernando, 2010; Castel-Branco, 2012c). O discurso de Guebuza sobre a sua visão de desenvolvimento é claro para quem quiser ouvir – os recursos naturais não são a solução dos problemas da pobreza, mas são o longo prazo na construção da estrutura vertebral da economia e da política nacional, dominadas pelo grande capital nacional e multinacional. A pobreza, essa elimina-se com mudança de mentalidade, auto-esforço e auto-emprego. Este é o discurso político oficial dominante entre eleições (Brito, 2010, 2012; Castel-Branco, 2010, 2012b).

Terceiro, a organização e articulação política e social de programas alternativos de desenvolvimento requer não só investigação, informação, ideias e análises (e analistas) de qualidade, mas também é preciso que esse conjunto de factores tenha base social concreta e relevante. Quem já adoptou a “luta contra a porosidade económica na sociedade” como sua bandeira, representando os seus interesses, aspirações e visão? O Governo concorda, diz que vai negociar e não negoceia, ou se negoceia é para privatizar ainda mais o processo de acesso ao excedente. Os partidos da oposição não se cansam de falar de corrupção e das despesas excessivas com mordomias para os “quadros superiores do Estado”, e quase sempre ficam por aí – quando questionam sobre incentivos fiscais, fazem-no apenas do ponto de vista de receita pública a curto prazo, e sem compreender o problema a fundo nem conhecer as contas. Os pequenos e médios empresários, os sindicatos e outras organizações sociais e profissionais estão focados na sua parte do excedente que não

chega. Todos estes pontos são importantes, mas o problema que estamos aqui a tratar é diferente na sua dimensão – estamos a falar no modo de acumulação, e não apenas no aumento pontual da receita fiscal.

As ideias e as bases intelectuais para abordar, compreender e tratar deste problema existem, mas isso não chega para mudar as coisas. No processo e no debate político fala-se do assunto e discute-se, mas é aí onde o assunto pára. É possível que as crescentes contradições, tensões e limitações do modelo de acumulação provoquem suficiente tensão social para que a reflexão sobre o modo de acumulação tenha hipótese de ir para o centro do debate e acção política. Mas não há garantias disso, e certamente isso não acontecerá automaticamente. Curiosamente, a Associação Médica de Moçambique fez uso deste debate sobre porosidade da economia para construir a lógica dos seus argumentos negociais com o governo, e o mesmo foi parcialmente feito na carta dos médicos mais séniores ao Presidente da República. Será este um precedente que pode tornar este debate politicamente mais articulado e poderoso?

Quarto, há questões genuínas de capacidade institucional e de receio de mudar, que são agravadas pelas três questões mencionadas acima. Portanto, resolver o problema de capacidade e de risco faz parte da solução, embora esta não seja a única, nem a mais primária, das questões a resolver.

CONSTRUINDO UM QUADRO MACRO-ECONÓMICO PARA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Esta secção retoma o debate sobre o quadro macro-económico de exploração de recursos naturais em Moçambique (iniciado em Castel-Branco, 2010, 2012b) e avança com uma série de questões que a transformação da economia extractiva obriga a explorar e enfrentar.

Qual é o motivo de colocar os recursos naturais no centro do debate no fim de um artigo sobre economia (em vez de indústria) extractiva? Primeiro, porque as tendências económicas actuais apontam para o aceleradamente crescente papel do complexo mineral-energético e outros recursos naturais na economia (Masingue & Muianga, 2013; Castel-Branco & Mandlate, 2012; Langa & Mandlate, 2013). Segundo, porque a luta pelas rendas dos recursos naturais está a marcar profundamente as linhas políticas e económicas do debate sobre acumulação e formações sociais (de classe) em Moçambique.

A secção não oferece um quadro macro-económico, e nem faria sentido se tentasse oferecê-lo, dado que as opções de política económica, embora possam ser baseadas em investigação detalhada, reflectem processos, debates e compromissos políticos com que um artigo de investigação não se debate. Aqui são colocados pontos de tensão e interrogação e desafios que um tal quadro macro-económico pode/deve abordar. Naturalmente, o quadro macroe-conómico vai para além da apropriação do excedente e rendas, embora a inclua, e tem uma perspectiva de longo prazo, estrutural, unitária e dinâmica construída em torno de questões básicas sobre os objectivos sociais e económicos da exploração de recursos naturais.

Primeira questão: em relação a que pressões e questões sociais se define o processo de desenvolvimento económico e social em Moçambique? Será concebido em torno da formação das classes capitalistas nacionais, como reflexo de uma abordagem de nacionalismo económico, ou da construção de uma base alargada, ampla, diversificada e articulada de acumulação? Em qualquer uma destas (ou outras possíveis) abordagens, perspectivas de muito curto prazo só servem a grupos predadores, de rapina, que extraem e saem. Qualquer processo de transformação e formação social requer uma abordagem construída com dinâmicas de sustentabilidade: o balanço entre a acumulação e o consumo, o estreitamento das malhas e ligações económicas, a reprodução de factores a baixo custo mas de alta qualidade, a acumulação de capacidades, o uso das dinâmicas existentes para diversificar as opções e criar alternativas, as considerações pela sustentabilidade das políticas sociais e ambientais a longo prazo, entre outros. Portanto, a primeira questão não é o que fazer com os recursos naturais, mas o que vamos fazer com Moçambique, pois é esta a questão primária que deve determinar o resto. Moçambique e os moçambicanos são o ponto de partida, não o carvão ou o gás.

Segunda questão: nesta perspectiva sobre Moçambique (ver primeira questão), quais são os recursos naturais que interessam e porque se definem como recursos? São recursos por causa do seu valor económico e social num dado processo de desenvolvimento? Por exemplo, o que distingue o barro e argila do carvão, como recurso económico e social? Porque é que os que usam o barro e a argila para fabricar produtos de olaria – desde materiais de construção a utensílios domésticos – podem ser legalmente expropriados pelos que querem extrair carvão? O que é que distingue a terra e a água para produção agrícola, pesqueira ou turismo da mesma terra e água para extracção mineira ou produção energética ao ponto de, por definição, extracção mineira ou energética ter **sempre** prioridade? Portanto, recurso

natural é um conceito ambíguo, cuja clarificação depende do seu papel no modo de acumulação. Por isso, é preciso questionar quais são os recursos que contam e porque contam mais ou menos do que outros.

Terceira questão: nesta perspectiva sobre recursos (ver segunda questão), em que é que Moçambique é rico e como é que essa riqueza pode/deve ser ponto de partida da estratégia económica e social? Dado o postulado da segunda questão, não faz sentido dizer que Moçambique é rico em recursos naturais. Então é rico em quê? Tal como qualquer outro país, é rico em realidades, dinâmicas, tensões e contradições sociais e económicas. Quais, destas questões, podem constituir o ponto de partida? O desemprego? Os altos custos da comida? A estrutura afunilada do investimento? As novas dinâmicas de mercados agrícolas que emergem no centro e norte de Moçambique? O quadro energético e de industrialização regional? Qualquer economia e sociedade é rica em pontos económicos e sociais críticos e de ruptura, e em paradoxos fundamentais. Estes é que devem ser as “matérias-primas” dos quadros estratégicos de desenvolvimento, pois exprimem dinâmicas sociais, económicas e políticas que integram o âmbito das estratégias de desenvolvimento. Portanto, em vez de começarmos por listar algo arbitrariamente assumido como recurso (gás, carvão, terra e água, ou outro objecto com massa e num estado natural ou noutra) e construirmos estratégias em seu redor (o que podemos fazer com o carvão, o gás, etc.), o quadro macroeconómico deve inverter as prioridades, começando por identificar o que precisamos de fazer acerca da realidade socioeconómica em que somos ricos (pobreza? Comida cara? Desemprego? Investimento afunilado?) e depois os recursos materiais estratégicos vão ser revelados (será o barro para a olaria? Ou este barro é apenas solo que não interessa, porque é o carvão que é necessário? Será o rio para criar pescado e irrigar os solos, ou que simplesmente alimenta a serenidade da natureza, ou a montanha do garimpo que polui e destrói o rio? Ou serão ambos importantes, e neste caso o recurso é o balanço entre os dois?).

Quarta questão: uma parte considerável do que chamamos “recursos naturais” é formada por “recursos” não renováveis, nomeadamente os minerais e os energéticos de origem fóssil. Portanto, o seu uso num tempo qualquer impede o seu uso num outro tempo – quer dizer, o que for usado agora não estará disponível no futuro. Como garantir que os potenciais benefícios do uso desses recursos num dado tempo (i) permaneçam para além da vida útil do recurso; (ii) ajudem a criar outros recursos; e (iii) multipliquem opções viáveis e melhores no futuro? Naturalmente, as perguntas também podem ser feitas na forma oposta: como garantir que os benefícios do uso

dos recursos num dado tempo não se esgotem com o recurso, não gerem desemprego e não criem afunilamento económico nem eliminem opções para as futuras gerações? Em última análise, a lógica do longo prazo é simples: se os recursos em exploração não são renováveis, (i) como garantir que a sua exploração resulte em dinâmicas de desenvolvimento independentes do recurso, o que requer que o excedente gerado seja usado para diversificar a economia, desenvolver a infra-estrutura que propicie diversificação (em vez de apenas se focar na infra-estrutura necessária para o recurso), fortalecer a educação e saúde, expandir e melhorar os serviços e outras capacidades, gerar opções ambientais saudáveis? e (ii) como assegurar que a estratégia de desenvolvimento privilegie e maximize o uso de abordagens e recursos renováveis?

Quinta questão, derivada da quarta: como garantir, e o que significa na prática, uma abordagem intergeracional do desenvolvimento, e quais são os mecanismos de transmissão e comunicação ao longo do tempo, entre gerações de pessoas, de recursos, de opções, de capacidades?

Sexta questão: como garantir que, em cada momento, e ao longo do tempo, os benefícios sociais da estratégia sejam amplos (tanto no leque de opções, como no seu alcance social), absorvidos amplamente e sustentáveis, nomeadamente através: do emprego digno que resulte em níveis e qualidade de vida decentes, da satisfação das necessidades em bens e serviços básicos, em especial alimentares, para os cidadãos, do financiamento sustentável de serviços públicos variados, acessíveis, eficazes e baratos para os cidadãos e a economia, e da garantia da segurança social universal?

Sétima questão: alguns recursos, pelo seu valor na economia moderna e pela sua extensão, ultrapassam a dimensão local e nacional – como, por exemplo, os recursos energéticos estratégicos que existem no país (gás, carvão, talvez urânio e petróleo). Como trazer a região e o mundo para esses recursos (i) sem transformar a economia e a sociedade num campo de conflito e de batalha; (ii) sem nos limitarmos a exportar o que temos até não termos nada para exportar nem ter ficado nada da exportação que funcione depois do recurso ter sido esgotado? Que papel queremos, temos de e podemos jogar na região e no mundo: de exportadores de recursos, de potência dependente de recursos (enquanto durarem), ou de plataforma para perspectivas de transformação e industrialização na África Austral? Deveremos maximizar rendas de curto prazo com a exportação ou entrega dos recursos, ou usar os recursos numa estratégia local, nacional e regional de industrialização? No último caso, voltamos à primeira questão: em relação a que pressões e questões sociais se define o processo de desenvolvimento económico e social em Moçambique e na África Austral?

Oitava questão: dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo – podem duas actividades mutuamente exclusivas e em competição fazer uso dos mesmos recursos ao mesmo tempo no mesmo local? Como escolher entre uma e outra, se uma escolha tiver de ser feita? Qual é o custo de oportunidade de uma opção em relação a outra? Os recursos naturais são diferentes e variados (terra, água, diferentes minerais, florestas, fauna e flora terrestre e marinha, fontes de energia), com diferentes oportunidades e particularidades de uso. São identificáveis como recursos em função de uma intenção (valor) de uso e da possibilidade de extrair valor deles para resolver problemas identificados. As comunidades vivem deles ou em seu redor, e a exploração de uma actividade de grande escala pode representar a eliminação de outra actividade. (Em Tete, por exemplo, os oleiros que usavam um recurso natural, a argila, para fabricação de tijolos para a indústria de construção, foram desalojados e perderam o seu negócio, a favor de uma mineradora multinacional que extrai carvão na mesma zona. Em Cabo Delgado, a prospecção do gás afecta negativamente os pescadores e o turismo). Os mercados são voláteis e variam (preços, procura) em linha com as finanças e dinâmicas de investimento globais. Alguns dos recursos, vitais e raros, como os energéticos, podem ser geridos estrategicamente com uma perspectiva de futuro. Como decidir sobre todas estas variáveis – que recursos são usados, como, quando e com que intenção, que oportunidades e opções se abrem ou se fecham com a exploração do recurso? Naturalmente, as respostas a estas questões remetem-nos para as duas primeiras questões, nomeadamente: (i) em relação a que pressões e questões sociais se define o processo de desenvolvimento económico e social em Moçambique, e (ii) quais são os recursos naturais que interessam e porque se definem como recursos? No fim, as pessoas são mais importantes do que o carvão, a utilidade do carvão é dada pelas pessoas e pelo valor e uso que elas lhe dão, e o carvão não protesta, mas as pessoas podem fazer, e fazem, revoluções.

Nona questão: dada a questão oitava, qual é o papel de cada recurso, e como é que se articulam, no processo social de acumulação e desenvolvimento? Quando e como pô-los em utilização e para quê?

Décima questão: a vida e o desenvolvimento são o que acontece enquanto estamos a identificar as questões e a criar cenários à volta dos quais gostaríamos que a vida e o desenvolvimento acontecessem. Logo, o que é que sabemos sobre o que está a acontecer? Como se analisa a economia para se chegar a uma conclusão relevante sobre o que está a acontecer (retorno à primeira secção deste artigo)? Como

é que (e quais) as dinâmicas e tendências dominantes podem ser enquadradas por um quadro estratégico que tenha como questões iniciais (i) em relação a que pressões e questões sociais se define o processo de desenvolvimento económico e social em Moçambique, e (ii) quais são os recursos naturais que interessam e porque se definem como recursos? (Note-se que o quadro estratégico não é modificado para acomodar as tendências e dinâmicas existentes sem as modificar).

O debate sobre estas questões não acontece no vazio. Já há recursos em exploração, há uma corrida à prospecção, apropriação e especulação com os recursos, o governo é célere em concessionar e atribuir licenças mas vagaroso na construção de capacidade de gestão da exploração dos recursos naturais em benefício da sociedade como um todo. Acima de tudo, existe um modo de acumulação predominantemente extractivo, que afecta as dinâmicas e abordagens de desenvolvimento económico em todas as áreas e sectores. Portanto, a construção de um quadro macroeconómico de exploração dos recursos naturais é, sobretudo, uma maneira de pensar, uma abordagem, uma agenda à volta da qual se pode mobilizar a sociedade para tomar conta dos seus recursos e deles fazer o que melhor serve a multiplicação e reprodução contínua de opções e alternativas inovadoras de desenvolvimento com ampla base social.

QUADRO DE INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DA ACUMULAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A análise e compreensão do modo de acumulação, que neste artigo foi resumidamente esboçado, requerem investigação contínua e ampla. Um desafio é encontrar o fio condutor que unifica e clarifica a análise dos fenómenos económicos e sociais mais marcantes. Outro desafio é entender os canais de comunicação com as partes, como é que as partes se relacionam, como é que as dinâmicas e tendências se modificam, se o fio condutor identificado serve, de facto, para unificar e clarificar a análise, e se outro está emergindo com base nas transformações que ocorrem. Portanto, interrogar, compreender e agir no contexto da economia política do modo de acumulação em Moçambique é um processo de construção de uma rede social de investigação, debate e crítica.

Os restantes sete artigos desta parte económica do *Desafios para Moçambique 2013* abordam temas que fazem parte da discussão do quadro macroeconómico mais geral da análise crítica da economia extractiva e das suas opções de transfor-

mação. Indicam, igualmente, direcções e questões de investigação a prosseguir para continuar esta análise crítica com mais profundidade e de forma mais interligada. Esta secção introduz estes artigos e procura mostrar as interligações e estruturas de pesquisa que se estão desenvolvendo em torno destas temáticas.

Nelsa Massingue e Carlos Muianga exploram dados sobre a estrutura e as dinâmicas do investimento privado (usando informação sobre as intenções e sobre a implementação do investimento), e sobre a composição e as dinâmicas do portefólio de financiamento da economia pela banca doméstica. A sua análise, ainda numa fase muito preliminar, mostra como o investimento e a composição do financiamento tendem a reforçar os padrões extractivos de acumulação e consumo. O contributo original deste artigo reside na utilização de dados recolhidos por via de trabalho de campo realizado em Gaza, Tete, Cabo Delgado, Nampula e Maputo, e por começar a relacionar as tendências de financiamento da banca doméstica com as tendências dominantes de acumulação e consumo associadas ao padrão extractivo de desenvolvimento que emerge e se consolida.

Fernanda Massarongo discute a eficácia da política monetária em Moçambique na expansão do financiamento à economia em contexto de economia extractiva. Usando como referência a reduzida elasticidade das taxas de juro comerciais em relação às variações das taxas de referência do Banco de Moçambique, quando estas diminuem, Massarongo explora a estrutura do sistema financeiro no contexto das dinâmicas económicas nacionais para começar a construir um modo de pensar e de investigar alternativo, heterodoxo, sobre política monetária em Moçambique. Este trabalho, ainda em fase de desenvolvimento conceptual e modelação, sugere que o carácter extractivo da economia gera estruturas financeiras e tendências e incentivos no sistema financeiro contrários à diversificação e ampliação da base produtiva, mas favoráveis à especulação financeira e/ou ao alinhamento com os padrões dominantes de investimento. Original e heterodoxo, na sua abordagem, este trabalho conclui que a política monetária tenderá para a ineficácia e ineficiência se não considerar as condições específicas de acumulação em que o sistema financeiro se desenvolve, particularmente porque diferentes intervenções e condições económicas tenderão a provocar incentivos contraditórios.

As linhas de investigação que os dois artigos acima mencionados começam a desenvolver, que relacionam tendências estruturais de produção, acumulação e consumo com o estudo do sistema financeiro, política monetária, financiamento do Estado e investimento privado, são componentes fundamentais do estudo do modo

de acumulação em Moçambique, da crítica à sua natureza extractiva e do debate sobre políticas públicas.

Epifânia Langa e Oksana Mandlate investigam o problema de industrialização com base em ligações produtivas com mega-projectos. Usam as ligações com a Mozal como caso de estudo por este ser o projecto mais antigo (em operação há 13 anos) e, por isso, mais intensivo em ligações e com quem as empresas nacionais têm ligações há mais tempo. O estudo combina duas metodologias, nomeadamente a reconstrução da história de meia dúzia de empresas e um inquérito realizado a duas dúzias de empresas. Expandindo, desenvolvendo, actualizando e/ou questionando estudos anteriores, Langa e Mandlate mostram como as estratégias e as oportunidades de desenvolvimento das empresas domésticas são constrangidas pelo tipo de ligações possíveis na Mozal e pelo afunilamento e concentração da actividade produtiva nacional, que se torna mais primária e extractiva ao longo do tempo. Este estudo questiona, claramente, o pressuposto de que as ligações aos mega-projectos podem promover industrialização ampla sem a adopção de estratégias de diversificação e articulação da base produtiva, rejeitando o argumento de que a diversificação industrial se seguirá, automaticamente, ao estabelecimento e consolidação de ligações. Por outras palavras, o carácter extractivo da economia é reforçado, em vez de transformado, pelas ligações aos mega-projectos, porque estes são dominantes mas são poucos, o seu padrão de procura doméstica é exigente em *standards* mas não sofisticado produtiva e tecnologicamente, e as dinâmicas dominantes da economia são afuniladas em torno dos mega-projectos e não tendem para a diversificação da base produtiva. Logo, as empresas industriais fornecedoras procuram maximizar ligações dentro dos mega-projectos (dadas as limitadas oportunidades no resto da economia), tornando-se em prestadoras de serviços variados, em vez de se especializarem e criarem capacidades industriais avançadas que possam servir o resto da economia. De facto, as ligações aos mega-projectos podem ajudar o processo de industrialização se fizerem parte orgânica de uma estratégia de industrialização diversificada e articulada. Esta linha de investigação é particularmente interessante para entender as dinâmicas económicas e industriais e as redes de suporte produtivo que se geram em torno dos grandes projectos, ajudando a desenvolver a análise e compreensão sobre as ligações e fortes tensões entre o rápido crescimento produtivo em economia extractiva e industrialização alargada, articulada e diversificada. É, sem dúvida, uma linha de investigação fundamental a desenvolver.

Segue-se um conjunto de quatro artigos, de Rosimina Ali, Sara Stevano, Yasfir Ibraimo e Ana Sofia Ganho, que abordam dinâmicas de mercados de trabalho, emprego, género, industrialização e recursos hídricos em contexto de grande investimento estrangeiro na agricultura, iniciando uma discussão sobre a economia extractiva, a questão agrária e a transformação rural. Três destes artigos são baseados em trabalho de campo nas Províncias de Maputo, Gaza e Cabo Delgado, e o outro é uma reflexão sobre o modo de investigação dos mercados de trabalho rurais em Moçambique. Estes artigos fazem duas contribuições fundamentais para a investigação da economia de Moçambique. Por um lado, começam a explorar a extensão da economia extractiva para além do seu núcleo, mostrando como as dinâmicas dominantes da economia de Moçambique estruturam relações de trabalho e género e dinâmicas industriais, afectam os canais de transmissão do crescimento económico para a redução da pobreza, e definem o acesso a, e a competição sobre recursos vitais. Por outro lado, começam a explorar os desafios para a transformação da economia extractiva, dado o domínio que esta exerce sobre o modo de acumulação de excedente, apropriação de recursos e estruturação das opções de mudança. Estas linhas de investigação precisam de ser desenvolvidas e complementadas com outra investigação sobre dinâmicas fundamentais do processo de acumulação, nomeadamente sobre serviços que ligam os processos económicos (como transportes, finanças e redes comerciais) e sobre vários métodos de industrialização rural, mercados de trabalho e emprego (como, por exemplo, o sistema de *contract farming*).

Acumulação, porosidade e industrialização em contexto de economia extractiva é o fio condutor que une este grupo de artigos e temas de investigação sobre a economia de Moçambique, mostrando o quão abrangente e relevante é o conceito de economia extractiva, mas também revelando o quão inicial ainda é a nossa compreensão sobre a teia e o funcionamento do modo dominante de acumulação em Moçambique.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS, LIVROS E RELATÓRIOS

Ali, R. (2013) “Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique?” In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 211-237.

- Amsden, A. (2004) *The rise of “the rest”: challenges to the West from late-industrializing economies*. London, Oxford University Press.
- Amsden, A., DiCaprio, A., & Robinson, J. (eds.) (2012) *The role of elites in economic development*. London, Oxford University Press.
- Banco de Moçambique (2003-2011) *Balança de Pagamentos*. Maputo, Banco de Moçambique.
- Bias, E. (2010) “Indústria Extractiva em Moçambique”. Disponível em: <http://www.mirem.gov.mz/itie/IndustriaExtractivaMoc.pdf> [Acedido a: 1 de Novembro de 2011].
- Bolnick, B. (2004) *The Effectiveness and Economic Impact of Tax Incentives in the SADC Region*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID ao abrigo do Projecto SADC-TIFI.
- (2009a) *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. Maputo, USAID.
- (2009b) *The Motivation for Investments in Mozambique: The Role of Fiscal Incentives*. Preparado pela Nathan Associates, Inc. para o Projecto de Comércio e Investimento da USAID/Moçambique.
- Bolnick, B. & Byiers, B. (2009) *PARPA II Review of the Tax System in Mozambique*. Preparado pela Nathan Associates para a USAID.
- Brito, L. (2009) “Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda”. *Boletim IDELAS* n.º 13. Maputo, IESE.
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf
- (2010) “Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 49-64.
- (2012) “Pobreza, ‘PARPAS’ e governação”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 25-42.
- Bucuane, A. & Mulder, P. (2007a) “Avaliação de opções de um imposto de electricidade para mega projectos em Moçambique”. *DNEAP Discussion Paper* n.º 37P. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- (2007b) “Exploring natural resources in Mozambique: will it be a blessing or a curse”. *DNEAP Discussion Paper* 54E. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

- Byiers, B. (2009) “Enterprise Survey Evidence”. In: Arndt, Ch. & Tarp, F. (eds.) *Taxation in a Low-Income Economy: The Case of Mozambique*. New York, Routledge. pp. 60-77.
- Castel-Branco, C.N. (2002a) “An investigation into the political economy of industrial policy: the Mozambican case”. PhD Thesis. London, SOAS, University of London.
- (2002b) “Economic linkages between South Africa and Mozambique. Relatório de investigação”. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI-2002a-SA-Mozambique-linkages.pdf>. [Acedido a: 10 de Junho de 2013].
- (2003) “Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento”. *I Quaderni della Cooperazione Italiana* n.º 3/2003. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI%202003c%20QUADER_PDF [Acedido a: 10 de Junho de 2013]
- (2004) “What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies? A view from Mozambique”. HSRC Conference on “Stability, poverty reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa”. 29-30 March, Pretoria. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CCA-AI-2004-Impact-of-SA-trade-and--FDI.pdf> [Acedido a: 12 de Maio de 2012].
- (2010) “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19-109.
- (2011a) “Desafios de Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão Crítica do Debate”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. pp. 111-132.
- (2011b). “O que é que a ITIE faz bem e o que é que não faz? Uma proposta de agenda de trabalho sobre os recursos naturais em Moçambique”. Comunicação apresentada no seminário “Petróleo, gás e minerais em Moçambique – políticas, governação e desenvolvimento local”, organizado pelo WWF, CIP, IESE e Ibis 24 e 25 de Fevereiro, Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2011/CNCB_PGMM_Fev2011.pdf [Acedido a: 10 de Junho de 2013].
- (2012a) “Fluxos Financeiros Ilícitos em África – recursos escondidos para o desenvolvimento: Reflexões sobre Moçambique”. Comunicação apresentada no seminário organizado pela Universidade A Politécnica e pela Embaixada da

- Dinamarca. 25 de Maio de 2012, Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/FluxosIllicitosK_CNCB_25052012.pdf [Acedido a: 13 de Junho de 2012].
- (2012b) “Paradoxos’ da economia de economia de Moçambique – modo de acumulação extractivo como método de explicação”. Comunicação na Sessão Plenária da Academia de Ciências de Moçambique. 26 de Julho, 2012, Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/Paradoxos_EconMoz_cncb.pdf [Acedido a: 10 de Junho de 2013]
- (2012c). “PARP 2011-2014: contradições, tensões e dilemas”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 105-116.
- Castel-Branco *et al.* (2005) “Macroeconomics of scaling up aid: the Mozambican case”. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Macroeconomics_of_Aid_and_FDI.pdf [Acedido a: 10 de Junho de 2013]
- Castel-Branco, C.N. & Cavadias, E. (2009) “O papel dos mega-projectos na estabilidade da carteira fiscal de Moçambique”. Comunicação apresentada no II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira. Autoridade Tributária de Moçambique. 6-7 de Março, Maputo.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O. (2012) “Da Economia Extractiva à Diversificação da base Produtiva: o que Pode o PARP Aprender com a Análise do Modo de Acumulação em Moçambique?” In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 117-144.
- Castel-Branco, C.N. & Ossemame, R. (2012) “Política monetária e redução da pobreza em Moçambique – discussão critica”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 185-202.
- Castro, P. *et al.* (2009) *Evaluation of Reforms in Tax Policy and Administration in Mozambique and Related TA – 1994-2007*. IMF/IFAD. September 2009.
- Di John, J. (2010) “The political economy of taxation and resource mobilization in sub-Saharan Africa”. In: V. Padayachee (ed.) *The political economy of Africa*. New York, Routledge.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política) (2010) *3.ª Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais*. Apresentação em powerpoint.
- Fernando, A. (2010) “Estratégia nacional para industrialização”. Apresentação do Ministério da Indústria e Comércio na Conferência sobre a Competitividade Industrial, organizada pela Associação Industrial de Moçambique (AIMO). 22 de Setembro de 2010, Maputo.

- Fine, B. (2007) “Financialisation, poverty and Marxist political economy”. Comunicação apresentada na Conferência “Poverty and Capital” 2-4 de Julho de 2007, University of Manchester. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/5685/1/brooks.pdf>
- (2009a) “Financialisation, the value of labour power, the degree of separation, and exploitation by banking”. *SOAS Research Students, Summer Seminar Series*, 30 de Abril. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7480>
- (2009b) “Financialisation and social policy”. Comunicação na Conferência “Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Implications for Developing Countries”, 12-13 de Novembro de 2009, UNRISD, Geneva. Disponível em: <https://eprints.soas.ac.uk/7984>.
- (2009c) “Looking at the crisis through Marx”. *International Socialist Review* (64) Março-Abril, 40-47.
- (2009d) “Neo-Liberalism in retrospect? It’s financialisation, stupid”. Comunicação apresentada na Conferência “Developmental Politics in the Neo-Liberal Era and Beyond”, 22-24 Outubro de 2009, Center for Social Sciences, Seoul National University.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996) *The Political Economy of South Africa: from Minerals-Energy Complex to Industrialization*. London, Westview Press
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2010) *Marx’s Capital*. 5th Edition. London, Pluto Press.
- Fjeldstad, O-H. & Heggstad, K. (2011) *The tax systems in Mozambique, Tanzania and Zambia: Capacity and constraints*. CMI Report 2011:3.
- Froberg, K. & Waris, A. (2011) *Bringing the billions back*. Stockholm, Forum Syd förlag.
- Ganho, A.S. (2013) “Agro-investimentos privados e seus reflexos na regulamentação fundiária e hídrica em dois regadios estatais em Gaza. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 281-303.
- GdM (Governo de Moçambique). (2000-2011) *Conta Geral do Estado*. Maputo.
- (1999-2012) *Relatórios de d’rvida*. Maputo.
- Guebuza, A.E. (2012) *Informação anual do chefe de Estado à Assembleia da República sobre a situação geral da Nação*. 21 de Dezembro. Maputo.
- Hamilton, C. (1983) “Capitalist industrialization in the four little tigers of East Asia”. In: P., Limquenco *et al.* (eds.) *Neo-Marxist theories of development*. London, Croom Helm.

- Hanlon, J. (2011) “Is Mozambique following a latecomer developer strategy?” *Transformation* (76), 37-143.
- Hanlon, J. & Mosse, M. (2010) *Mozambique’s Elite – Finding its Way in a Globalized World and Returning to Old Development Models*. UNU-Wider.
- Ibraímo, Y. (2013) “Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 265-279.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). (1998-2011) *Anuários Estatísticos*. Maputo.
- Kuegler, A. (2009) “Fiscal Treatment of Megaprojects”. In: C. Arndt, F. Tarp & S. Jones (eds.) *Taxation in a Low-Income Economy: The Case of Mozambique*. New York, Routledge. pp. 284-301.
- Langa, E. & Mandlate, O. (2013) “Questões à volta de ligações a montante com a Mozal”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 175-210.
- Marx, K. (1983) *Capital: A critique of political economy*. Volume I. London, Lawrence & Wishart.
- Massarongo, F. (2010) “A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa para o financiamento do défice orçamental?” *Boletim IDELAS* n.º 30. IESE, Maputo. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf. [Acedido a: 12 de Junho de 2013]
- (2013) “Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 149-173.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011) “Financiamento do Estado com recurso à dívida – Problemas e desafios”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. pp. 161-184.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013) “Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 125-147.
- Nhachote, L. (2010) “Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante”. *CIP Newsletter* n.º 6. pp 6-7 (Junho). Maputo, Centro de Integridade Pública.
- O’Laughlin, B., & Wuyts, M. (2012) “The agrarian question in Mozambique – then and now”. Comunicação apresentada na III Conferência Internacional do IESE “Moçambique: Acumulação e transformação em contexto de crise internacional”, 4-5 de Setembro de 2012, Maputo.

- Ossemame, R. (2010) “Quadro de análise da sustentabilidade da dívida nos países de baixo rendimento: o caso de Moçambique”. In L. de Brito *et al.* (eds.) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 111-128.
- (2011) “Desafios de expansão das receitas fiscais”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, IESE. pp. 133-160.
- (2012) “Será a ITIEM relevante para melhorar a gestão dos recursos mineiros? Uma análise crítica da experiência”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 145-164.
- Oya, C. (2012) “Crise global, crescimento e desafios para Moçambique e sua estratégia de desenvolvimento”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, IESE. pp. 387-410.
- Saad-Filho, A. & Weeks, J. (2013) “Curses, diseases and other resource confusions”. *Third Quarterly*, 34 (1), 1-21.
- Stevano, S. (2013) “Mulheres no processamento de castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, mulher e género na província de Cabo Delgado”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, IESE. pp. 239-264.
- Vestergaard, J. & Hojland, M. (2009) *Combating illicit financial flows from poor countries. Estimating possible gains. DIIS Policy Brief*. Copenhagen, Danish Institute for International Studies.
- Weiss, J. (1985) “Manufacturing as an engine of growth – revisited”. *Industry and Development* (3), 39-62.
- Wield, D. (1977a) *Some characteristics of the Mozambican economy particularly relating to industrialization. (mimeo)*. Maputo. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- (1977b) *The structure and balance of industrial production and its relationships with other sectors and with the growth of a working class. (mimeo)*. Maputo. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Wuyts, M. (2011a) “Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique”. *Boletim IDELAS* n.º 35P. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?_target_=publications_ideias.
- (2011b) “The working poor – a macro perspective”. Valedictory Address as Professor of Applied Quantitative Economics delivered on Thursday 8 December, 2011 at The Institute of Social Studies, The Hague, The Netherlands.

ARTIGOS DE IMPRENSA E BLOGS

- Africa Confidential (2013) “Frelimo’s gold rush”. Africa Confidential 54 (8), p. 9.
- AIM (Agência de Informação de Moçambique) (2012a) “Governo admite renegociar mega projectos – admite Primeiro-Ministro, Aires Ali”. 11 de Maio.
- (2012b) “Mega-projectos: governo confirma renegociação pontual – afirma Ministro das Finanças, Manuel Chang”. 27 de Dezembro.
- Canal de Moçambique (2011) “Mega-projectos criam contradição entre governador do Banco Central e membros do Governo”. 2 de Fevereiro.
- CIP (Centro de Integridade Pública). *CIP Newsletters*. www.cip.org.mz.
- LUSA (Agência Portuguesa de Notícias) (2012) “Governo vai renegociar benefícios fiscais das multinacionais – Ministro das Finanças, Manuel Chang”. 27 de Dezembro.
- Notícias (2011) “Dívida externa privada em rápido aumento”. *Notícias*. 4 de Fevereiro. Suplemento “Economia & Negócios”.
- O País* (2011a) “Gove diz que há condições para negociar com os mega-projectos”. *O País*. 31 de Janeiro.
- (2011b) “O que mantém os mega-projectos não é a isenção fiscal”. *O País*. 14 de Janeiro. Suplemento «*O País Económico*».
- (2011c) “Venda de acções da Riversdale à Rio Tinto – o Governo teria ganho valor suficiente para subsidiar pão durante oito anos”. *O País*. 28 de Fevereiro.
- (2011d) “Mega-projectos conduzem populações ao empobrecimento”. *O País*. 25 de Fevereiro. Suplemento «*O País Económico*».
- (2012) “Governo vai renegociar contratos com megaprojectos – Ministro das Finanças, Manuel Chang”. *O País*. 14 de Dezembro
- Savana (2011) “A nossa pobreza é rentável”. *Savana*. 25 de Fevereiro.
- Serra, C. (2011) “Dos mega-projectos às mega-ideias”. In: *Diário de um Sociólogo*. <http://www.oficinasociologia.blogspot.com/> [Acedido a: 2 de Março de 2011].
- Sky News (2013) “Tax evasion: G8 leaders vow tougher stance”. Sky News. 18/06/2013.
- The Guardian (2013) “G8: Cameron and Osborne to make final push for tax evasion crackdown”. *The Guardian*. 17/06/2013.
- The Independent (2013) “G8 leaders must do more than talk a tough game on multinational tax avoidance”. *The Independent*. 19/06/2013.
- Vieira, S. (2011) “Sobre batalhas pelo controlo dos recursos minerais”. In: *Domingo*. 6 de Fevereiro.